



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TÂMARA FLORÊNCIA BARBOSA COSTA

**O LETRAMENTO RACIAL PARA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE CRIANÇAS NEGRAS NOS ESPAÇOS
ESCOLARES**

Salvador

2023

TÂMARA FLORÊNCIA BARBOSA COSTA

**O LETRAMENTO RACIAL PARA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE CRIANÇAS NEGRAS NOS ESPAÇOS
ESCOLARES**

Trabalho apresentado a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus Salvador, como requisito para obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dra. Cláudia Pons Cardoso

Salvador

2023

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÂMARA FLORÊNCIA BARBOSA COSTA

**O LETRAMENTO RACIAL PARA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE CRIANÇAS NEGRAS NOS ESPAÇOS
ESCOLARES**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia, pela Universidade do Estado da
Bahia

Aprovado em: 14 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora

(Prof. Dra. Claudia Pons Cardoso).

(Valdério Santos Silva, Dr. Em Estudos Étnicos e Africanos, UFBA).

(Danilo Ferreira Gomes, Mestre em Literatura e Cultura, UFBA).

À minha família, amigos e em especial meu afilhado Pedro Florêncio, criança negra e minha sobrinha Maria Helena, também negra, por quem tenho amor imenso e por todas as crianças negras que prezo por uma educação que os acolha e não os oprima.

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos meus Orixás por permitir minha caminhada até aqui e por me direcionar sempre com perseverança e fé.

A Prof. Dr. Claudia Pons, pela excelente orientação e por acreditar no potencial da minha escrita.

Aos meus pais por me induzirem desde a infância a importância do caminho acadêmico.

Aos meus avós paternos, Ildete Paula e Thomaz D'Aquino que não estão mais em vida, mas vivem em meu coração e por quem mantenho eterna gratidão por me acolherem nos momentos em que mais precisei.

Ao meu padrinho Paulo Aquino, por quem me acolhe como filha e me apoia sempre juntamente a sua esposa Luciana Dias, minha tia, que de forma inspiradora me incentiva também a nunca desistir.

Às minhas amigas Eliene, Betina, Irá, Nathália, Alana, Joseny e tantas outras mulheres que me apoiam fortalecendo meu feminino numa dimensão amorosa.

Ao meu companheiro Jordan por me incentivar, apoiar e acolher minhas lágrimas de preocupação e de alegria com as demandas da vida.

Agradeço a mim por não me abandonar e nem desistir dos meus sonhos, por me dar a oportunidade de ser essa mulher que acredita na educação como quem crê no inabalável.

"Ou a educação é antirracista, ou ela não é educação". – Bárbara Carine

RESUMO

Diante as demandas sociais enfrentadas no meio escolar referente ao racismo, esta pesquisa objetiva trazer reflexões pelos caminhos da experiência-formação-ação e debater sobre a importância do letramento racial para construção da identidade das crianças negras nos espaços escolares. Aliado aos direitos garantidos por lei correlacionando os currículos e as diretrizes, as escolas precisam possibilitar meios que auxiliem as práticas pedagógicas no que tange o enfrentamento da discriminação racial. A pesquisa adota a abordagem qualitativa, com foco nas relações étnico-raciais e nas narrativas de sala de aula da educação básica. O trabalho se desenvolve numa escola particular do bairro de Salvador do estado da Bahia e mesmo tendo autorizado o uso do nome da instituição, optou-se por omitir. A discussão dialoga com as minhas narrativas tendo suporte teórico em Rios (2020) e em considerações feitas pelas autoras: Bento (2022), Pinheiro (2023) e Gomes (2005), dentre outras. Ao realizar a discussão, ficam claras as tensões que envolvem as relações étnico-raciais nas escolas e os impasses para uma educação emancipadora livre do estigma racista. Enfatiza as práxis aliadas aos documentos norteadores que consubstanciam a educação antirracista na teoria educativa bem como a Lei n. 10639/03 que introduz a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira nos currículos. No entanto, escolas públicas e privadas carecem romper com a branquitude e proporcionar debates exatos sobre a valorização afro diaspórica dentro das escolas a fim de promover condições para a construção de uma sociedade mais ética e democrática.

Palavras-chave: Educação; Letramento racial; Diversidade étnico-cultural; Crianças negras; Lei 10.639/03.

ABSTRACT

Given the social demands faced in the school environment regarding racism, this research aims to bring reflections through the paths of experience-training-action and discuss the importance of racial literacy for building the identity of black children in school spaces. Combined with the rights guaranteed by law correlating curricula and guidelines, schools need to provide means that assist pedagogical practices with regard to confronting racial discrimination. The research adopts a qualitative approach, focusing on ethnic-racial relations and basic education classroom narratives. The work takes place in a private school in the Salvador neighborhood of the state of Bahia and even though we authorized the use of the name of the institution, it was decided to omit it. The discussion dialogues with my narratives, having theoretical support in Rios (2020) and in considerations made by the authors: Bento (2022), Pinheiro (2023) and Gomes (2005), among others. When carrying out the discussion, the tensions involving ethnic-racial relations in schools and the impasses for an emancipatory education free from racist stigma become clear. It emphasizes praxis combined with guiding documents that substantiate anti-racist education in educational theory, as well as Law no. 10639/03 which introduces the mandatory teaching of African History and Afro-Brazilian Culture in the curricula. However, public and private schools need to break with whiteness and provide accurate debates about Afro-diasporic valorization within schools in order to promote conditions for the construction of a more ethical and democratic society.

Key-words: Education; Racial literacy; Cultural ethnic-diversity; Black children; Law 10.639/03.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ERER	Educação para as Relações Étnico-raciais
PNE	Plano Nacional da Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional da Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ESCOLA E EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL: UM OLHAR APURADO PARA O RACISMO.....	15
2.1 PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: O LETRAMENTO CRÍTICO COMO ATO POLÍTICO.....	18
2.1.1 O perigo de uma história única dentro das escolas.....	22
2.1.1.1 A identidade racial crítica contra o epstemicídio.....	25
2.1.1.1.1 <i>Educação afirmativa: um fruto do movimento negro</i>	29
3 A ESCOLA E O FAZER PEDAGÓGICO ANTIRRACISTA	34
3.1 PROJETOS QUE JÁ EXISTEM NA ESCOLA CONTRA O RACISMO.....	37
3.1.1 A literatura para uma educação antirracista	40
4 PROBLEMAS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA	44
4.1 OS IMPACTOS DA BRANQUITUDE NO ESPAÇO ESCOLAR	47
4.1.1 Bncc e Pcn's: a relação da educação multicultural e os documentos oficiais	52
4.1.1.1 Uma proposta decolonial para os currículos educacionais.....	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

A prática do letramento é essencial para a formação educandária da nossa sociedade, pois sabendo que a leitura e a escrita estão inseridas na funcionalidade do nosso cotidiano, essa mesma sociedade precisa elaborar formas de interpretações nas situações de racismo. Diante disso, nesta pesquisa proponho-me a debater questões a respeito das possibilidades de Letramento Racial nos espaços escolares e discutir quais entraves são encontrados para a efetivação desta prática pedagógica nas instituições de ensino. Embora a escola tenha autorizado à pesquisa, optei por omitir o nome da instituição particular que leciono na educação básica, localizada em um bairro periférico de Salvador. Este trabalho busca discutir as maneiras do racismo presente nas escolas e como a formação continuada de profissionais se faz necessária para o alcance do processo de construção e reforço da identidade das crianças negras.

A pesquisa apresenta como objetivo geral: Avaliar como o letramento racial contribui para a formação identitária das crianças negras nos espaços escolares, entendendo que o resultado desta prática pode imbuir positivamente tanto para alunos e alunas quanto para o corpo docente da instituição. Os objetivos específicos para nortear esta pesquisa inclui investigar como o letramento racial pode contribuir para a eliminação de conflitos de racismo no ambiente escolar; discutir práticas pedagógicas como pilar para o letramento racial e a importância da inclusão de referências negras em sala de aula e avaliar práticas pedagógicas eficazes a respeito das relações étnico raciais.

O trabalho tem como procedimento abordagem qualitativa e pesquisa narrativa articulada as experiências de quem vive na escola, pois “Tudo começa pela narrativa, com a narrativa, entre narrativas” (Rios, 2022, p. 25). Aliada ao método de revisão bibliográfica das referidas autoras: Cida Bento (2022), Bárbara Pinheiro (2023), Nilma Gomes (2005), Maria Lima (2015), Bárbara Vieira (2022) entre outras, que condizem sobre a descolonização dos currículos e a ampliação de outras formas de pensar a educação fora da esfera eurocêntrica. Jane Rios (2022), acrescenta que partindo do princípio da construção narrativa a vida sobre as experiências se articula na maneira de se posicionar diante delas, dando subsídio para reflexão. Entende-se como parte da construção do conhecimento que oportuniza o espaço de memórias produzidas pelo sujeito, pois:

A corrente de histórias de vida em formação que surge na França, em trabalhos que remontam os anos de 1980, parte da premissa de que os sujeitos constroem as narrativas a partir de sua existência. As histórias de vida demarcam uma virada paradigmática na educação ao situar a formação como uma construção permanente. Elas surgem como um campo de estudo, a partir do movimento socioeducativo das histórias de vida em formação, que tem como referência o processo de (auto) formação vinculado à vida cotidiana (RIOS, 2022, p. 26).

Portanto, a construção narrativa tem como foco sociabilizar a experiência ao mesmo tempo que constrói novas possibilidades de reflexão sobre a formação educativa tanto de quem compartilha, quanto de quem lê. A proposta da Documentação Narrativa de Experiência Pedagógica a qual a autora Rios (2022) defende, é uma forma de dispositivo político-epistemológico atrelado a perspectiva de pesquisa-formação-ação, mantendo o âmago da experiência pedagógica para mobilizar a construção da memória bem como tornar público os significados construídos durante as vivências. Dessa maneira, procuro estruturar as minhas práticas para contribuir de forma significativa o campo de pesquisa sobre as relações étnico raciais e os desafios encontrados neste contexto.

Pautar as relações étnico raciais na escola é um desafio, pois como afirma (Lima, 2015, p.18) “Nossa formação escolar ensina pouco, ou quase nada, sobre diversidade cultural”. Assim, abordar temáticas, discussões, conhecimentos e ideias no intuito de fomentar a busca pelo letramento racial crítico se trona significativo para o enfrentamento do racismo. A Lei 10.639/03 completa vinte anos de vigência e esta pesquisa tem a finalidade de ressaltar a relevância desta lei que ainda vem sendo uma das principais pautas para consolidar a luta antirracista, pois a prescrição torna obrigatória a inclusão de ensino da História e da cultura Africana e Afro-brasileira no currículo escolar. No entanto, a Lei ainda é insuficiente, pois a prática precisa estar apoiada as Diretrizes e Orientações para a Educação das Relações Étnico Raciais. Somos, segundo o IBGE (2022), o país onde mais de 55,8% dos brasileiros se autodeclararam negros e pardos, em contrapartida, tem em sua grande maioria indivíduos que não se reconhecem como pessoa negra, um resultado potente do racismo estrutural.

O letramento é percebido como a capacidade que o indivíduo tem em poder decodificar, compreender e aplicar o conjunto de práticas pedagógicas e habilidades que promovam a sua construção social e leitura de mundo, aponta Pinheiro (2023). É então, a leitura de códigos ligados ao racismo, pois ao passo que esse letramento

é inserido no processo pedagógico dos alunos a educação antirracista ganha espaço. Dessa maneira, caso não haja investimento, reconhecimento e valorização da formação continuada antirracista de professoras (es) haverá ainda mais presente nas salas de aula o racismo.

Durante a culminância de um evento no mês de outubro dedicado à semana das crianças no colégio em que sou professora da educação básica do fundamental I, uma das atividades lúdicas foi o “dia do cabelo maluco”. Este termo adotado pela cultura americana “*crazy hair day*” é uma tradição das escolas estadunidenses que tem como proposta a criatividade de penteados nos cabelos. Em um dado momento percebi uma professora usando uma peruca *black power* organizando sua turma em direção ao espaço reservado a todas as outras turmas desfilarem e exibir com irreverência seus penteados. Seguindo a atividade, foi solicitado pela Coordenadora que a professora também desfilasse, já que ela também estava de “cabelo maluco”.

Inquieta com a situação, diante do ocorrido, percebi automaticamente através do letramento racial crítico que a conotação ao cabelo *black power* no uso da atividade do “cabelo maluco” era uma forma clara de racismo recreativo. Comuniquei a escola sobre a percepção e fui validada pela Diretora e alguns professores. A professora envolvida declarou automaticamente que não era racista. Em tempos atuais, a falta de observação sobre a própria ação neste caso pode provocar no imaginário das crianças que o cabelo *black power* é um tipo de cabelo “maluco”. Não é sobre apontar quem é racista, é sobre compartilhar reflexões no sentido de desconstruir para construir novas perspectivas.

Eu, aos 23 anos, quando ingressei no ensino superior comecei a fazer a leitura da minha identidade enquanto mulher negra de pele não retinta, de traços negros, periférica e estudante do curso noturno de pedagogia da universidade pública. Pude então ali, enxergar e fazer uma leitura crítica do meu pertencimento de lugar e atuação pedagógica que assumia desde o início da graduação. Como eu, antes desse marco em minha trajetória, muitas crianças não conseguem ou não obtêm uma ótica lúcida de sua identidade, não apenas como nome e sobrenome, mas de sua representação e contribuição no mundo. É um ato político.

Essas situações vivenciadas por mim motivaram a construção do tema e a questionar por que ainda é tão complexo implementar uma educação antirracista baseada no letramento racial crítico. Sociabilizar essas narrativas, possibilitam o pensar ampliado sobre os saberes pedagógicos. Dessa forma, o presente trabalho

se justifica pela urgência dos debates étnico raciais nas escolas e sobre as práticas pedagógicas de tal modo que refletem diretamente no processo de construção identitária das crianças negras.

O trabalho está estruturado em três seções, sendo a primeira sobre a relevância da educação étnico-racial nas escolas para a construção identitária de crianças negras; a segunda dialoga com as práticas que adotei para somar a educação antirracista já inserida na escola e por fim, na terceira, apresentarei a relação dos documentos oficiais com a multiculturalidade consubstanciada aos parâmetros curriculares elencando as propostas para a construção de um currículo decolonial.

2 ESCOLA E EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL: UM OLHAR APURADO PARA O RACISMO

A escola se caracteriza como o espaço físico de introdução relacional emparelhada a construção de saberes que configura valores éticos e pedagógicos a fim de estimular capacidades e habilidades dos educandos. Pensar educação, envolve pensar o social, pois a interação entre as pessoas destes espaços transita adversidades que precisam ser tratadas de forma austera, no sentido de direcionar melhor os cidadãos que queremos no futuro da sociedade.

A Lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino da História Africana e Cultura Afro-Brasileira nas escolas e por sua vez exige que as instituições repensem seus currículos e práticas acerca das tratativas raciais. A educação apoiada a essa Lei, implica mudanças nas formas de agir, pensar, falar e tratar as pessoas negras no contexto social e educacional. Para o reconhecimento das histórias diversas, há uma urgência em questionar as relações étnico-raciais, ou seja, para isso precisa haver a valorização e compreensão da trajetória desses povos bem como sua importância para os valores civis. O racismo que procede no âmbito social também ocorre na escola, muito embora haja movimentos que propaguem a valorização dos negros, alguns pensamentos são reforçados dentro dela, construídos e validados de forma equivocada, o que acaba por gerar distorções e replicações do racismo.

Compreendendo que a escola possui papel fundamental na construção social dos educandos, no que diz respeito ao enfrentamento do racismo, o letramento racial tem potencial para atingir seu protagonismo enquanto alerta da consciência crítica. O objetivo deste capítulo é elucidar como a educação pode contribuir para desvitalizar o racismo no ambiente escolar através do letramento racial crítico apoiada à Lei 10.639/03. Algumas reproduções advêm de um passado baseado na era colonial, e acaba por dar espaço para muitos estigmas que geram entraves a respeito do pensar, do fazer e do ser na educação, como aponta Lima:

Já no início da colonização do Brasil, os jesuítas buscaram “catequizar” os índios, pois eram vistos como selvagens. Assim, herdamos dos jesuítas, nossos primeiros professores, que a fé era a única, a do colonizador; que o conhecimento era único, e que era preciso nos converter e converter o outro a esta lógica de dominação cultural: uma única fé, um único saber válido, uma única língua, uma única cultura. A escola teve papel fundamental nessa moldagem de mentes e corpos. (LIMA,2015, p. 18)

Diante disso, a autora destaca e reconhece o papel da escola enquanto formadora de saberes e quais consequências o protagonismo do professorado pode influenciar na vida das pessoas e principalmente na definição das relações devido a dominação cultural imposta no período colonial. Portanto, o exercício de crenças, costumes e a expressões das línguas divergentes do ciclo europeu eram criminalizadas pelo sistema escravista. Essa ocorrência culminou em conflitos de assimilação de valores e histórias que insistiam em afirmar que ser negro é sinônimo de inferioridade e a cultura que o acompanha também.

A discussão sobre as relações raciais é indispensável tendo como foco o enfrentamento do racismo, portanto a escola jamais poderá ser isenta no tocante da configuração étnica do nosso país, pois a formação da sociedade se faz diversa e múltipla nos aspectos de gênero, cultura e raça. Reformular o discurso nas tratativas dos temas raciais demanda debruçar-se sobre a história e desconstruir a ideia de inferioridade lançada sobre as pessoas negras que resulta da abordagem feita em relação a trajetória sofrida e complexa dos negros quando submetidos à escravidão. A falta de investigação sobre a diáspora africana causa rejeição cultural e posteriormente o apagamento da legitimidade dos povos africanos.

Como aponta Freire (1997), a sociedade carece de investigação sobre sua própria história, inclui-se todos os partícipes do território como objeto de estudo no sentido de apropriar-se da realidade que os circundam, pois

Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela. (FREIRE, 1997, p. 137)

Sendo assim, é oportuno a escola tomar consciência da responsabilidade sobre as relações raciais e obter um olhar atento ao racismo que advém de práticas estigmatizadas dentro da sociedade replicadas no recorte educacional. Tudo que circunda na sociedade perpassa no ambiente escolar, e como efeito, o negacionismo acerca desses debates são invisibilizados no educandário. Torna o negro como um ser neutralizado, sem acesso, sem poder, sem ter, sem ser... aponta Lima (2015).

A colonização implementou uma educação intensiva com objetivo de apagamento cultural e violência simbólica dos povos originários e dos povos africanos submetidos à escravização. Durante o século XIX as várias formas de opressões geraram o epistemicídio, tornando o apagamento dos conhecimentos divergentes do colonialismo. Considerar outras culturas, modos de viver e crenças é poder animar existências plurais, no entanto o poder de dominação colonial interdita avanços cognitivos dos saberes fora da perspectiva eurocêntrica e condena qualquer potencialidade étnica, portanto

Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. (BRANDÃO, 2013, p. 10)

A educação deve ser ilimitada, inclusiva e democrata, pois a escola como espaço de possibilidades e convivência de saberes plurais ao reconhecer os grupos inseridos e ativos neste espaço começa a fazer sentido e consegue ampliar a visão dos alunos para viver a diversidade. Do ponto de vista colonial a educação “[...] pode existir imposta por um sistema centralizado de poder” (Brandão, 2013, p.10) e perpetuar “[...] o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens” (Brandão, 2013, p.10). Portanto, inserir na prática uma educação crítica pode ser o mecanismo contra a opressão e atos racistas entre as crianças, podendo dar espaço a uma educação libertária.

O letramento racial é a essência crítica para movimentar o curso da história, pois “o mundo apresentado na escola era o dos brancos” (RIBEIRO,2019, p. 24) como ainda é. A possibilidade de atuar contra o racismo nos espaços escolares para que todos os inseridos na convivência possam desfrutar dignamente dos direitos institucionais por lei garantidos, é necessário adquirir consciência crítica de quem leciona, para dessa maneira, despertar a criticidade dos educandos. Quando se tem uma educação voltada para uma perspectiva branca, a escola vai formar crianças (negras, brancas, indígenas) para pensar o branco, dessa forma, ignorar os saberes de outras etnias contribuirá para a perpetuação do racismo.

A diversidade de fato faz parte da construção basilar da nossa sociedade, com efeito, as marcas da cultura africana existem e negar isso, é contribuir para a segregação e o preconceito, pois, [...] “quando não se respeitam as diferenças,

muito facilmente chega-se ao preconceito, à discriminação, ao racismo, à homofobia, à xenofobia, à intolerância”. (Lima, 2015, p. 27). Haverá um olhar mais cuidadoso sobre o racismo nas escolas quando as ações seguras forem adotadas pela instituição bem como a formação continuada do corpo docente alinhada para estimular uma sociedade mais justa, equânime e pautada no respeito às diferenças.

2.1 PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: O LETRAMENTO CRÍTICO COMO ATO POLÍTICO

O racismo é um dos problemas sociais mais pertinentes nas esferas contemporâneas e por sua vez precisa ser discutido e combatido, “[...] o racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos” (RIBEIRO, 2019, p.12). Neste sentido, urge o debate dentro do ambiente escolar, pois “[...] a prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes cotidianas” (RIBEIRO,2019, p.13). Todos os dias crianças negras sofrem racismo e não estão livres por serem crianças. Instituições de ensino e sociedade no geral reproduzem o racismo e o mantém como resposta ao desnivelamento de poder gerado por grupos hegemônicos. A reprodução racista “[...] não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural” (Ribeiro, 2019, p. 14).

Para formar leitores, é preciso que eles tenham contato com livros, e assim poder experimentar a multiplicidade dos variados temas e tipos de gêneros, como afirma (Almeida,2017), ao passo que as crianças acessam temas acerca da historização afro diaspórica, conseguem experimentar outras narrativas e formas de ser, viver e poder, desse modo “[...] o conceito de letramento supõe, portanto, uma dimensão política. Atento a isso, a escola precisa “[...] implementar outras perspectivas, construir novas formas de olhar, de entender e de significar nossa história e nossas identidades” (Almeida, 2017).

Uma parcela da sociedade acredita no mito da democracia racial, que confia no discurso de plena igualdade mesmo tendo ciência das condições diversas que configuram a coletividade, seja de forma física ou biológica. De acordo com Munanga (2004), a invalidação científica sobre o conceito de raça interferiu no significado conotativo do termo, generalizando semelhanças para a população. Portanto diante dos estudos, raça não é considerado um conceito sólido biologicamente falando, pois se trata de uma razão inoperante para explicar a diversidade humana. Dado o conhecimento dentro do cientificismo, a classificação

dos grupos humanos é feita com base nas características dos traços morfológicos, cor da pele, formato do nariz entre outras, e a essas concepções geraram na sociedade a ideia de indivíduos da raça “branca” e indivíduos da raça “negra”. As pesquisas em torno do termo raça quando ganhou espaço no século XX tinha mais a ver com conteúdo doutrinário do que científico, afirma Munanga (2004). Essas suposições baseadas no estudo das ciências biológicas humana, serviram para justificar a dominação racial carregada de ideologia que reforça a ideia de dominação e poder.

Possuímos uma disseminação informativa baseada no discurso brancocêntrico, por isso, a partir do letramento racial crítico como ferramenta de compromisso político para enfrentar o racismo dentro e fora da escola surge como possibilidade efetiva de eliminação progressiva das violências no cotidiano social no contexto escolar. Por vezes o racismo presente na nossa sociedade é perverso e silencioso, como afirma Braúna, Souza e Sobrinha (2022) e na escola a incidência dessas ocorrências surgem nas entrelinhas das relações.

O racismo por sua vez ganha espaço na sociedade quando suas ações são baseadas na crença do conceito de raça, que biologicamente sustenta um pressuposto ideológico, e tratando-se de uma realidade social presente no imaginário da população o racismo é abordado em alinhamento as questões de segregação por raça, ademais

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. (MUNANGA, 2004, p. 7)

Dessa maneira, o racismo se sustenta a partir de uma crença limitante dos estudos científicos, e sua reprodução na sociedade implica em variadas simulações negativas tornando uma emblemática causa sociológica. Em razão desta, os grupos sociais com diferentes crenças, linguagens e culturas em detrimento da raça “branca” são classificados como inferiores. Essa repercussão se

sustentou por muitos anos dentro da história da ciência e causa de estudos de sociólogos antirracistas para explicar a tendência em negatizar e inferiorizar negras e negros dentro da sociedade.

Munanga (2006) contribui com a discussão ao assinalar a existência explicativa analógica entre raça e etnia, sendo raça ligada a um conteúdo morfo-biológico e etnia ligada a conteúdos sociocultural, histórico e psicológico, levando em consideração o conceito étnico está diretamente inerente a um grupo de indivíduos que se associam por terem em comum um ancestral, uma língua, uma crença, uma mesma cultura. Ao recorrer ao conceito de raça, não para afirmar um pensamento científico biológico, muitos estudiosos usam este termo para interpretar o racismo, uma vez que este fenômeno se sustenta pela crença na existência das raças. Visto isso, a repercussão deste fenômeno se replica nos espaços escolares.

Portanto, uma educação baseada no letramento racial crítico remete a reflexão sobre a racialização das relações (Almeida,2017). O ponto de partida é identificar os atos racistas, e se questionar sobre os vastos estudos de história europeia, medieval sem aprofundar a história da África, por exemplo. Através do letramento, com a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica prevista pela Lei n. 10.639/03 propõe uma revisão na formação de professoras, e em relação a essa obrigatoriedade significa ampliar a visão múltipla cultural e étnica para incluir na realidade escolar a importância de reconhecer a diversidade.

O conceito de racismo exige que o indivíduo busque bases fundamentadas nas construções sociais e não assuma posição neutra em relação aos problemas existentes nas vivências, portanto sem a efetivação da Lei 10.639/03 para contribuir com uma educação antirracista, a distância para alcançar uma sociedade equânime e isonômica aumenta.

No que diz respeito ao atraso na aquisição da importância das relações raciais é necessário um passo mais adiante da reflexão, a consciência. Almeida, (2019, p.30) diz que “[...] a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades”. Tendo noção de raça, duas ideias estão associadas a ela: preconceito e discriminação, portanto

podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios

para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertencem. (ALMEIDA,2019, p. 32)

Dessa forma, o preconceito, por sua vez, é alicerçado em estereótipos identificados pelo pertencimento de um determinado grupo racializado, já a discriminação é baseada na diferenciação do tratamento direcionado aos grupos racialmente identificados e tem como central requisito o poder, podendo gerar proibição de acesso de pessoas negras no ingresso de alguns países, por exemplo (Almeida, 2019. p. 32-33). Podemos entender o racismo como um ato que atinge o sujeito em qualquer posição social que esteja, e intrínseco a isso, é preciso uma urgência compreensiva das nossas atitudes e reconhecer a escola como ponto crucial nas trocas de ideias e reflexões das relações étnico-raciais.

Não se trata de responsabilizar a escola como o único lugar a tratar dessa temática, mas de compreender o papel social e construtivo que a escola possui no sentido de expandir as produções de conhecimentos acerca do enfrentamento dos problemas sociais. Pois “[...] aprendemos, desde crianças a olhar a diversidade humana, ou seja, as nossas semelhanças e dessemelhanças” (Gomes, 2005, p. 51)

Além disso, Almeida, (2019. p.32) diz que a caracterização de preconceito e discriminação são baseados nas relações que ocorrem de forma direta e indireta nas interações. Estas, não são práticas de uma sociedade saudável e para reverter este quadro ou diminuir os impactos provenientes do racismo, as pautas raciais devem ser discutidas e tratadas no recorte social de convivência escolar. Pode-se pensar que falar de racismo é acirrar um conflito, e posterior a isso “[...] é o silenciamento sobre essa questão, que mais reforça a existência do racismo, da discriminação e da desigualdade racial” (Gomes,2005, p. 51-52)

Este fundamento está ligado ao racismo institucional, quando alicerçado por um sistema que se fortalece estruturalmente, logo, o racismo “[...] resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira” (Gomes, 2005, p.52). Por ser um comportamento social muito presente na história, essa prática se manifesta de forma individual e institucional, destarte

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos, podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. [...] A forma institucional do racismo, ainda segundo autores, supracitados, implica práticas discriminatórias

sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com seu apoio indireto. (GOMES, 2005, p. 52-53)

As possibilidades extremas dos ataques racistas existem e quanto mais cedo forem tratadas melhor lidaremos com as situações futuras. Quando o letramento ganha lugar, o olhar para essas situações consiste em adquirir um nível de consciência que nos aproxima das nossas histórias e ajuda a reconhecê-las de forma a potencializar nossas identidades.

O letramento é então o processo de alcance real mais próximo para o caminho de formação apoiada na compreensão aplicável do conhecimento, é uma tecnologia que nos permite uma imersão sadia e potente para fortalecer as relações raciais, pois “[...] é por meio da linguagem que o racismo se mantém e se perpetua” (Almeida, 2017). Almeida (2007) também afirma que o letramento é o conceito potente que convoca a reflexão e exige posicionamento teórico e prático. Esta ferramenta como base proporciona ao sujeito a oportunidade de experienciar as múltiplas possibilidades de aprendizado e ascender politicamente entendendo seu papel enquanto cidadão e autor da sua história. Assim como é importante para a eficácia do letramento o contato com livros, com informações, produções e referenciais afrocêntricos. Por isso,

O conceito de letramento supõe, portanto, uma dimensão política. Afinal não se há neutralidade nas práticas de ensino, ao decidir o que ensinar e como atuar nesse processo, poderemos nos comprometer com a legitimação ou com a transformação dos nossos currículos, dos livros didáticos, do que constitui e como são organizadas nossas escolas, bibliotecas, museus. Em síntese é preciso implementar outras perspectivas, construir novas formas de olhar, de entender e de significar nossa história e nossas identidades. (ALMEIDA, 2017)

Diante a isso, não é possível adquirir letramento racial através da branquitude, uma vez que o ensino sempre foi permeado e contado pelos opressores presentes nos livros didáticos retratando os povos originários reduzidos a cocar e tanga e os negros malvestidos e acorrentados. Os conhecimentos acerca dos povos africanos concluem-se como rasa e quase não são citados pelos livros didáticos.

2.1.1 O perigo de uma história única dentro das escolas

Algumas instituições necessitam incorporar em seu espaço o estudo, a leitura, a observação e as narrativas africanas e afro-brasileiras com o intuito de remodelar as cronologias frequentes em diversos livros didáticos que por sua vez imprimem um saber absoluto sobre as culturas contrárias as de característica europeia.

Na obra “O perigo de uma história única”, publicação de uma palestra do Ted Talk, pela autora, Chimamanda Ngozi Adichie (2019), relata alguns episódios vividos por ela que nos levam a refletir sobre o perigo em saber uma única narrativa da história e que “é impossível falar sobre a história única sem falar de poder” (Adichie, 2019, p.22). Percebe-se a partir daí a nocividade da repetição da história contada por pessoas que ocupam o lugar de poder, quantas vezes a história é contada e em que tempo ela é contada pode atingir várias esferas e conseqüentemente reduzir as possibilidades de conhecimento sobre outros povos e culturas, esclarece a autora.

A prática do letramento apoiada a Lei nº 10.639/03 robustece o enfrentamento do racismo, uma vez que a história única assessora o aumento de atos discriminatórios e o letramento dá oportunidade de conhecer a história contada por outras pessoas, outros povos e positiva uma visão que por muito tempo foi distorcida intencionalmente para favorecer um lugar de poder, pois “O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer com que ela seja definitiva.” (Adichie, 2019, p.23). O poder da legitimidade dessas afirmações desumaniza grupos sociais estruturalmente e historicamente desfavorecidos, “[...] a história única cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos” (Adichie, 2019, p. 26).

Começar a contar a história a partir da perspectiva dos indígenas que tiveram suas terras roubadas e invadidas, seus corpos violentados e submetidos à exploração enfraquece a visão heroica estabelecida aos invasores. Sempre nos contam que a salvação chegará por uma pessoa branca, sendo que o terror implantado aos povos originários foi causado por quem conta a história única e por quem esteve ocupando os espaços de poder na sociedade. A história única invisibiliza dentro das escolas, os conhecimentos acerca dos grupos inferiorizados, reduz o processo de afirmação da população negra e contribui para os conflitos identitários.

As histórias são importantes, todas importam, ressalta a autora, no entanto elas foram utilizadas para espoliar e caluniar. Em si tratando do ponto de

vista colonial, essas histórias não são importantes porque narraram contradições e pontos de vista que ferem outros grupos étnicos. O contrário disso é permitir o espaço a outras narrativas sobre essas histórias no sentido de empoderar e humanizar, portanto, reconhece-se o discurso como uma ferramenta que pode destruir a dignidade, mas também a pode reconstruir.

Por compreender que toda construção advém de um processo histórico, o autor Silvio Almeida (2021) na obra “Racismo Estrutural” reconhece que por ser um processo estrutural, o racismo também é processo histórico, pois devido a isso é incompreensível que o racismo seja apenas uma questão econômica e política, quando sua dinâmica esteja atrelada às minuciosidades da formação social. Ademais, à margem das tratativas sobre as diversas influências culturais ocorridas no Brasil, a estrutura social se fortaleceu do racismo incrementado na história da população.

É através da oralidade que as histórias são contadas e recontadas, e em função disso, algumas delas podem construir no imaginário social o enredo baseado nas relações de poder com o objetivo de minorizar as diversas culturas saberes e identidades. Devido ao processo de colonização no século XVI a supremacia colonizadora dos europeus por meio da fala impôs sobre indígenas e negros que toda característica advinda deles era ilegítima, pois é através da linguagem que assumimos nossa cultura:

A colonização do povo negro aconteceu de todas as formas [...], pois o ato de falar também é um momento que externa a cultura e o lugar de pertencimento do sujeito, quando analisamos o que compõe o discurso e variações linguísticas do sujeito como: sotaque, regionalidade, gírias, jargão e outros, podemos identificar como o processo de colonização interferiu nas relações dos povos de origem indígena e africana. (ARAÚJO, SOARES, 2019, p.4)

Dentro desta perspectiva, a linguagem passou por modificações que por sua vez fortaleceu a história única, dando lugar a uma dominação eurocêntrica identificada nos currículos da maioria das instituições de ensino. A manutenção desta configuração distorcida perpetua por muitos anos nas práticas educativas, principalmente quando se diz respeito aos negros e negras da população brasileira. Em consequência dessas práticas, um olhar folclórico é lançado sobre a multiplicidade étnica racial e privilegia os conhecimentos eurocêntricos mesmo sabendo da diversidade que compõe nossa sociedade. Dentro da escola existem

variadas manifestações racistas feitas por crianças, que de forma inconsciente reproduzem as patologias sociais, pois “[...] o preconceito como atitude não é inato”, portanto, “[...] ele é aprendido socialmente”. “Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo” (Gomes, 2005, p.54). A atenção sobre isso depende da desconstrução sobre narrativas repetidas ao seu redor, pois o que as cercam são contações que reproduzem o negativo, sejam de forma consciente ou inconsciente, sendo assim

As atitudes raciais de caráter negativo podem, ainda, ganhar mais força na medida em que a criança vai convivendo em um mundo que coloca constantemente diante do trato negativo dos negros, dos índios, das mulheres, dos homossexuais, dos idosos, e das pessoas de baixa renda. (GOMES, 2005, p.55).

As operações das desigualdades devem, por si, nos colocar em estado de alerta para lidar de forma crítica diante dos atos racistas. Estas reproduções, são fruto de uma continuidade que deve ser limitada a partir do letramento racial e ganho da consciência para ações contundentes antirracistas. Aceitar o desafio em pensar as relações raciais dentro dos espaços escolares, é um passo importante dentro do movimento negro baseada numa pedagogia da diversidade. Linguagem, cultura e identidade estão interligadas, portanto articular a educação e identidade negra exigirá novos pensamentos, posicionamentos e discursos para ampliar o currículo e melhorar as relações raciais. Recusar uma única história abre possibilidades para uma educação emancipadora e compreensiva no sentido de respeitar a diversidade identitária da população negra.

2.1.1.1 A identidade racial crítica contra o epstemicídio

Enquanto sujeitos sociais, “[...] é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais” (GOMES, 2005, p. 42). Pode-se então compreender que a formação de identidade é, portanto, a sensação de pertencimento a um grupo por identificação de referência. Lúcio Kreutz (1999, p. 81) já afirma que “as identidades são sempre construídas, devendo ser definidas histórica e não biologicamente”. Diante a esses diálogos sobre identidade é oportuno que as crianças tenham acesso a conteúdo de referenciais de pessoas negras, seja na área das ciências, da literatura, arte entre outros. Ao aproximar as crianças do

processo de formação identitária através do acesso de narrativas negras estas práticas se alinharão contra o epistemicídio histórico de sua construção social.

Com a apurada dominação cultural em função epistemológica eurocêntrica ocorreu a redução de outras culturas em detrimento das impostas pelo processo de colonização, percebidas dentro das escolas. Estas implementadas de forma forçada, contribuíram para uma sociedade complexa e embasada na desigualdade gerando conflitos internos. Instituições que se preocupam com uma educação antirracista devem repensar suas práticas pedagógicas e currículo, pois

Enquanto não houver uma mudança significativa no caráter pedagógico, que por séculos evidencia o epistemicídio, a mobilidade social corre o risco de ficar estagnada, uma vez que tal pedagogia, distante da realidade da grande parte dos alunos, corrobora diretamente para sua autoestima, prejudicando suas psiques (GOIS, 2021, p.103).

Urge então uma conversão diante o cenário pedagógico para mobilizar a sociedade em rumo a uma educação antirracista e emancipatória. Negar pluralidade existente entre as crianças, implica ignorar as violências cotidianas sofridas por meninas e meninos negres. Diante disso, a reflexão sobre referências negres precisa estar baseada na construção e fortalecimento da identidade das crianças no que é ofertado dentro do ambiente escolar. Não que isso fará desaparecer o racismo por completo, mas contribuirá para referenciar as relações pautadas também na representatividade, pois de acordo com Pinheiro (2023, p.20), “Por isso a representatividade é tão importante: onde a gente não se vê, a gente não se pensa, não se projeta.”

Todo percurso histórico advindo do processo de escravidão praticado por mais de dois séculos em função do colonialismo, reverberou consequências graves no que tange às relações sociais. De modo que o racismo não pode limitar-se a representatividade, uma vez que não é garantia para que se elimine as possibilidades de atos racistas, Almeida, (2021) esclarece sobre o racismo estrutural e todo um sistema que colabora para a disseminação racista no Brasil, portanto,

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de

tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA,2019, p.52).

Dessa forma, adotar práticas antirracistas em escolas que pensem nas relações étnico raciais e não limite o racismo apenas a um problema fora da escola requer que a população negra tenha condições favoráveis de acesso à educação de qualidade e entendimento sobre o letramento racial para refletir quais espaços sociais estamos ocupando, pois somos maioria na sociedade e minoria nos espaços de poder, por exemplo.

A escola enquanto local de diversidade de saberes, precisa agir de forma inclusiva dando relevo a outras culturas sem universalizar a eurocêntrica. Diante da perspectiva iluminista “[...] a escola foi chamada para ter um papel central na configuração de uma identidade nacional” (KREUTZ,1999, p.86), devido a essa nacionalização muitas identidades étnicas foram suprimidas. Ao colocar a diversidade cultural como fator importante para a valorização da pluralidade racial, desperta nos alunos e na sociedade as diferenças culturais que formam a figura do nosso país. E para além da escola, os educandos são agentes ativos politicamente. Para tanto “[...] a escola pode ajudar os alunos a examinarem criticamente sua própria localização histórica, em meio a relações de poder, privilégio ou subordinação” (KREUTZ, 1999, p.93). Sobre as reproduções colonialistas, a sala de aula é um espaço propício para a desconstrução desse olhar idealizador de cultura unificada que reforça um imaginário baseado na branquitude como modelo, sendo assim também acrescenta Gois

Ao longo do projeto cultural de colonização dos olhares, das ideias e da própria racionalidade, a representação foi fundamental na tentativa de apagamento da história ancestral daqueles que tiveram seus territórios invadidos, perpassou por todas as intuições do Estado e pela criação de determinados tipos de imagens negativas desses povos retratadas nas grandes mídias e refletindo no imaginário de todos (GOIS, 2021, p.114).

O que se viu durante muito tempo como referência contribuiu para o apagamento histórico e essa relação hegemônica deixou marcas negativas ainda muito reproduzidas em várias instituições. Dessa maneira, entende-se a escola como um dos principais locais de reprodução da imagem negativa do ser negro em resultado de um processo epistêmico que perpetua pelas práticas pedagógicas o racismo velado reduzindo outras culturas. A autora acrescenta inclusive que “[...]”

essa redução da cultura do “outro”, aqui o “não Europeu” se estende também nas diversas produções epistêmicas por todo Ocidente, que simplesmente ignoram a complexidade dos saberes relacionados a essas etnias”.

Ao falar sobre identidade, segundo Lima (2015), uma pessoa não possui uma única identidade, fixa, imutável. Ela a reconhece como múltipla e complexa que convivem num espaço que envolve diversidade étnica, racial, de gênero, e de sexualidade, pois estas dimensões coexistem numa só pessoa que vão se estruturar a partir das relações de poder estabelecidas dentro das práticas sociais. Dada a concepção de identidade única, essa, limita o sujeito retirando-o do dinamismo subjetivo das relações culturais, pois cada indivíduo vai assumir sua identidade conforme a intersecção (gênero, sexualidade, classe, religião...)

Levando em consideração a relação entre cultura e identidade, o processo de colonização construiu a partir da imposição cultural historicamente reconhecida na marcha de formação da sociedade brasileira a ideia de nação unificada. Devido a interseccionalidade, dentro do nosso país as culturas se entrecruzam e sofrem alterações mesmo resistindo aos sucessivos ataques culturais, ressalta Lima (2015). Por isso, assumimos múltiplas identidades

Assim, dentro de cada um de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas; à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (LIMA, 2015, p.49).

Isso nos leva a entender a importância da resistência sobre manter viva a cultura na perspectiva africana bem como as narrativas positivas, pois o enfrentamento do epistemicídio se faz com práticas e discussões críticas a fim de não sucumbir aos sucessivos esvaziamentos e apagamentos impostos pelo eurocentrismo. Os movimentos negros conceituam resistência na dimensão cultural abarcando religião, arte, literatura, ciência, política e representatividade como símbolo de resistência. No meio escolar o etnocentrismo se faz presente nas práticas pedagógicas que revelam uma educação curricular que exclui e discrimina as identidades afro-brasileiras.

Dessa forma, as relações raciais no Brasil estão estreitamente ligadas à educação, ressalta a autora, que evidencia a luta dos movimentos negros para reverter o preconceito e o etnocentrismo relacionados à educação. Portanto as políticas afirmativas adotadas como medida de enfrentamento do racismo nos espaços escolares é uma ação positiva sobre as impressões propagadas pelo período pós abolicionista que não concedeu reparação aos negros escravizados.

2.1.1.1.1 Educação afirmativa: um fruto do movimento negro

O Movimento Negro surge como resultado do ato de resistência às opressões raciais as quais negras e negros foram submetidos e até hoje são neste país. Em decorrência das sucessivas formas de epistemicídios, os movimentos sociais ganham força para reivindicar direitos arbitrários que negam, excluem e segregam sujeitos que o Estado brasileiro tem por obrigação garantir sem evidenciar quaisquer distinções. Para Gomes (2019), o Movimento Negro educa a população para reconhecer as produções negras e suas potencialidades, como também ajuda a construir pedagogias e interferir no processo educacional, formulando saberes, pensamentos, ações e articula a intelectualidade como prática antirracista.

O Movimento Negro é, portanto, um educador. É ele quem fez e faz a tradução intelectual das teorias e das interpretações críticas realizadas sobre a temática racial no campo acadêmico para a população negra e pobre fora da universidade; que articula com intelectuais comprometidos com a superação do racismo encontros, palestras, publicações, minicursos, *workshops*, projeto de extensão, ciclos de debates, abertos à comunidade; que inspira, produz e ajuda a circular as mais variadas publicações, panfletos, *folders*, revistas, livros, *sites*, canais de YouTube, *blogs*, páginas do Facebook, álbuns, artes, literatura, poesia, abordando a temática racial em sintonia com a diáspora africana (GOMES, 2019, p.114).

Dessa maneira, toda movimentação efetiva acerca das temáticas raciais com o objetivo de compartilhar saberes e fomentar conhecimentos através da diáspora africana, desponta uma sociedade atenta e crítica contra o racismo. A autora afirma acreditar, sob reflexões de Arroyo, que “o Movimento negro Brasileiro faz parte do processo de produção da pedagogia dos movimentos sociais”. (Gomes,2019). Em 9 de Janeiro de 2003, foi promulgada a Lei de nº 10.639, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica, em virtude das ações do Movimento Negro que provocou questionamentos ao Estado, uma vez que a presença do

racismo tensionado na sociedade não garantia a inclusão de todas as pessoas negras em razão das relações de poder.

Consideramos então a grande contribuição do Movimento Negro na área da educação. Tendo como foco o contexto educacional, o Movimento desde o período escravocrata, manteve o interesse em ingressar a população negra na educação. Com base no histórico pedagógico da população negra, sofremos várias interdições de acesso quando, por exemplo em 1837, foi sancionada uma lei que proibia o ingresso de pessoas negras escravizadas nas escolas. Após a Proclamação da Independência brasileira em 1824, a Constituição brasileira torna a educação primária gratuita a todos com exceção das pessoas negras que estavam submetidas à escravidão.

Com evidências dessas interrupções, tendo como resultado um déficit no índice de escolaridade da população negra, crianças, jovens e adultos, mesmo sendo maioria no território brasileiro, há uma grande parcela fora das escolas, devido a interferência socioeconômica o que configura as famílias pobres pretas e pardas por autodeclaração, segundo as estatísticas educacionais da pesquisa realizada por Flávia Rosemberg em 2006 sobre a inclusão do quesito cor/raça no censo escolar em 2005.

O Ministério da Educação e Desporto introduziu junto à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), aliada ao Movimento Negro a inclusão da autodeclaração para promoção de políticas públicas de reparação para a população negra. No ano anterior o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tensionava a obrigatoriedade junto a um projeto de lei para incluir o quesito cor/raça com intensão de avaliar os dados e promover ações de reparação e igualdade racial no âmbito educacional.

No entanto, mais à frente já instituída a obrigatoriedade da autodeclaração, de acordo com o Resumo Técnico do Estado da Bahia, o censo escolar realizado, em 2021, aponta o quesito cor/raça como uma preocupação, pois a ausência de informações ultrapassa 28,0% em cada uma das etapas da educação. Os alunos autodeclarados brancos são identificados na pré-escola (16%) e nos anos iniciais (15,8%) respectivamente pretos e pardos (82,5%) e (82,7%). Visivelmente a

maioria dos alunos autodeclarados pretos e pardos compõe o cenário escolar brasileiro. Mesmo a educação tendo um histórico pedagógico excludente em relação aos negros, o Movimento entende a necessidade da inclusão destes na educação, bem como o reconhecimento das suas produções de saberes e intelectualidade. Sabendo que a educação forma cidadãos e intermedia a construção ética, é viável para os espaços educacionais incluírem a diversidade como um parâmetro relacional, pois quanto mais se desconhece e nega estas multiplicidades, mais enredado será tratar as diferenças.

Conectando cultura e política o Movimento Negro intitula as pautas raciais transgressoras e pedagógicas, educando a população e reeducando cidadãos, uma vez que o Movimento precisa ser reconhecido por pessoas negras e não negras. A diáspora africana em partes do mundo, possui prevalência no território baiano, evidenciando uma multiplicidade cultural contribuindo para uma ligação direta das crenças, linguagens, arte e expressões em diversos aspectos. E no sentido de resistência, o Movimento se faz presente neste território como expressa Lima

O Brasil e a Bahia, em particular, são exemplos, neste sentido, de como a resistência negra se faz permeada pela dimensão cultural, sobretudo de natureza religiosa e artística, nos terreiros, nas capoeiras, nos quilombos, numa luta por manutenção de valores civilizatórios africanos que precisam ser negociados, “manchando” a “pureza” de ambas as culturas (LIMA, 2015, p.51).

É um chamado significativo para o que existe no contexto mais próximo da realidade de vida das pessoas negras e como elas podem acessar as informações também pela escola. É inegável o fato de algumas instituições nem sequer citar o *Ilê Ayê*, por exemplo, o primeiro bloco afro do Brasil, grande fonte do Movimento Negro, trazendo arte, música, dança, representatividade, negritude e possui forte influência no movimento social. A estes conhecimentos, pode-se entender as diversas identidades que constituem o Brasil, bem como o respeito e a valorização das diferenças. A autora Lima (2015) sustenta a evidência das questões raciais estarem diretamente ligadas à educação, uma vez que os movimentos negros investem na reversão do racismo nomeado pela discriminação e etnocentrismo que ocorrem nos espaços escolares sejam estes formais ou informais.

Quando falamos em educação como um ato social, “essa reflexão parece mais complexa, devido ao “componente racial” que chamaria a atenção para a diversidade, para a especificidade” (Valente, 2002, p. 76), pois o Estado independente não é capaz de manter equilibrada o acesso à educação de forma equitativa da população, uma vez que, as relações raciais envolvem poder. Durante a década de 80 a democracia se reestabelecia posterior ao período da ditadura militar o que despontou o Movimento como mobilizador principal e reivindica ao Estado o reconhecimento da criminalização do racismo em todo o território.

A escola é um recorte da sociedade que tem como papel auxiliar o reconhecimento da pluralidade cultural étnica alinhada às outras temáticas do meio pedagógico, disposto a essa prática o movimento negro permitiu o acesso de negras e negros na educação. Assumir com responsabilidade a formação do sujeito que vai efetivamente fazer parte do meio social, seja ele qual for, é conjunto de uma prática afirmativa da própria escola, este compromisso advém do ato de abraçar uma educação antirracista. É dever da família também assumir este compromisso, pois a socialização no espaço escolar vai ser paramentada conforme a coabitação familiar. A essa demanda, é importante incluir profissionais no planejamento antirracista para fortalecer a educação afirmativa, possibilitando a extensão de pluralismo e conhecimentos étnicos culturais a toda extensão escolar.

No ambiente escolar erguem-se as ocorrências de racismo e neste mesmo local é sugerido como ponto de reversão ao racismo e posteriormente a admissão das potencialidades africanas e afro-brasileiras como referências para crianças negras tem o intuito de fortalecer suas fontes ancestrais e intelectuais. Quando assuntos afro diaspóricos são ignorados, silenciados, confundidos, a lacuna sobre o poder da cultura negra tonifica e ao contrário disso, as escolas podem aproximar-se dos assuntos, melhorar as relações étnico raciais, permitir as práticas pedagógicas e desconstruir conceitos defasados, pois “é no transcorrer desse processo que se cristalizam concepções falsas sobre os negros” (Valente, 2005, p. 64). Desse modo, será possível refletir quais ações poderão ser tomadas para melhorar o reconhecimento dos grupos diversos e evitar a duplicação de atos racistas. Por esse viés, o acesso à educação torna-se ainda restrito a estes grupos, por causa do racismo estrutural, a população negra tem menos condições de acesso a uma educação de qualidade (Ribeiro,2019, p.43). Consequentemente, esse fato

colabora para que as relações de poder sejam pautadas por grupos privilegiados. Educação é um direito de todos, e o Estado deve assegurar esse acesso e permanência do cidadão como prevê o Artigo 205 da Constituição Federal que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 88, p. 123).

No entanto, o artigo legal não é suficiente para assegurar um direito básico, uma vez que muitas crianças estejam fora do contexto escolar. As lutas sociais e as ações afirmativas são necessárias para combater os desníveis em acesso à qualidade educacional e garantir oportunidade para os grupos menos favorecidos. Como, por exemplo, merenda escolar, oferta de fardamento, transporte escolar, são ações que viabilizem a permanência do aluno. Ações afirmativas são “políticas sociais voltadas para a reparação histórica de grupos socialmente destituídos de direitos em razão de suas características coletivas” (Pinheiro, 2023, p. 113).

A Lei nº 10.639/03 estabelece o ensino da história e da cultura Afro-brasileira nos currículos escolares, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e altera a Lei nº 9.394/96, que torna obrigatório a inclusão deste ensino nos currículos escolares. Esta também foi alterada, “em 2008, a Lei nº 11.645, que incluía a história e a cultura indígenas conjuntamente na obrigatoriedade legal” (Pinheiro, 2023). Para tanto, a promulgação destas alterações não garante por si só os meios que determinam a vigência. A estratégia do Estado em relação às práticas de permanência dos grupos sociais menos favorecidos necessita que as instituições balizem intervenções concretas no combate à perpetuação do racismo. É considerável entender a importância dessas leis “como mecanismo de cobrança das instituições” (Pinheiro, 2023, p.135), no entanto precisa-se antes compreender a necessidade da consciência histórica de reparação social, como afirma (Pinheiro, 2023). Escolas que se propõe em debater as questões raciais necessita não somente da ação única de uma professora, mas de uma equipe atenta às manifestações do racismo. Tendo o movimento negro como propulsor.

3 A ESCOLA E O FAZER PEDAGÓGICO ANTIRRACISTA

Contarei aqui sobre a escola observada durante a pesquisa de campo e minha atuação pedagógica na instituição. Em 2022 iniciei meus trabalhos na escola como Auxiliar de Coordenação Pedagógica, e durante o ano letivo estive por dentro das orientações de gestão podendo entender melhor o papel do coordenador pedagógico. Enquanto agente educadora, a coordenação ampliou minha visão em relação à importância do planejamento e direcionamento da equipe, pois é muito importante quando há consonância nas práticas e trocas de ideias com o corpo docente. Sendo assim, o alinhamento das expectativas entre aluno, docente, gestão e comunidade devem estar conectados, para garantir bons resultados acadêmicos.

No final mesmo ano fui convidada a assumir a sala de aula como professora regente na turma do 5º ano do Fundamental I para o ano letivo do ano seguinte. Fiquei feliz com a proposta e assumi a função com muito carinho e respeito. Sabendo da diversidade étnico-racial presente na escola, enquanto mulher negra, meu papel de atuação carrega um compromisso na proposta ativa e metodologia de ensino para alcance das crianças nesta fase de transição tão importante. Trouxe para dentro da sala de aula, a perspectiva antirracista na prática e sem me parametrizar no calendário pedagógico da instituição, marcos históricos e importantes para a valorização multicultural foram trabalhados durante todo o ano letivo com atividades, pesquisas e produções artísticas.

Nas aulas de História, começo a modificar o discurso para falar sobre alguns marcos que ajudaram a definir o processo de “chegada” dos portugueses, independência, abolição, entre outros esclarecimentos, hoje que por base de pesquisas puderam se revelar no intuito de desconstruir uma marca histórica que insiste em apagar o protagonismo de mulheres e homens negros. Ao retratar sobre os portugueses, muitos livros em grande maioria tratam como “chegada” o que foi invasão, por exemplo, e muitos repercutem essa expressão perigosa para interpretações dos acontecimentos gênese do conseqüente cenário atual.

Por consequência alguns estigmas surgiram e ajudaram a reforçar o racismo. O que os livros contam, reproduções dessas escritas são propagadas, faladas várias vezes acabam por confundir a realidade dos fatos com o senso comum. Dentro da sala de aula escutei pontuadas vezes que indígenas e negros

são violentos, selvagens, cujo pensamento, fruto de uma sociedade assinalada pelo preconceito.

É preciso deixar claro que, os invasores europeus foram os únicos responsáveis pela propagação desses estigmas referentes aos povos originários e aos negros, inclusive apagando as relações positivadas entre negros e indígenas, quando não os colocando como inimigos (GOIS, 2021, p. 114).

Para que possa haver liberdade de pensamento, propus as crianças pesquisas e interações com outras fontes de conhecimento no intuito de dar suporte de base teórica sobre minhas pontuações em sala de aula. Desconstruir é um processo, ocorre à medida que se intensifica as discussões, que geram reflexões e mudança de perspectiva. Desde o início do ano, debates, informações e referências negras estiveram presentes, explorando os diversos campos do conhecimento, minha atuação foi significativa do ponto de vista crítico racial.

Para mim enquanto professora letrada e ciente do meu posicionamento político me reconhecendo como mulher negra, tenho intenção de ampliar os meios de acesso aos saberes e intelectos da cultura negra. Caso minha consciência fosse apática, neste sentido, seria inviável agir de maneira a contribuir para a construção de identidade das crianças em sala de aula. Insisto em dizer o quanto é importante professoras e professores atuarem na luta antirracista para delimitar a presença com foco europeu.

Nesse sentido, os educadores devem ser os primeiros a se libertarem do poder opressor colonial que impõe os países que outrora foram invadidos pelos europeus, mesmo enquanto funcionários dessas instituições, praticar uma educação antirracista é um dever ético de todos, independentemente de classe, gênero ou grupo étnico (GOIS, 2021, p.115)

Apresentei a eles formas e visões sobre a descoberta da história ocultada propositalmente retirando do protagonismo a referência negra.

Uma das primeiras datas a se discutir o protagonismo negro é o 13 de maio de 1888, data de um marco histórico para os negros escravizados. Durante muitos anos na minha formação de ensino primário, foi revisado insistentemente que a Lei Áurea havia sido uma boa ação da Princesa Isabel, entregando-lhe o papel de heroína. Dentro desta narrativa, os movimentos abolicionistas que ocorreram durante o século XVI, no período de escravidão, eram citados como rebeliões criminosas, logo toda e qualquer ação de resistência ao sistema de opressão da

época, esteve apresentada para mim e para tantas outras como ações totalmente fora da lei. Para as alunas e alunos da sala, levei a história de Dandara, uma das personalidades femininas ocultadas do protagonismo do movimento abolicionista e do Movimento Negro. Entre várias outras personalidades da cultura africana e afro-brasileira como Mãe Minininha do Gantois, Luiz Gama, Lecy Brandão, Maria Felipa entre outros.

Neste sentido, procuro no meu fazer pedagógico, como professora negra, discutir as relações étnico-raciais em sala de aula consubstanciada a Lei n. 10639/03. Na prática das professoras desta escola, a cultura afro-brasileira é citada em datas pontuais e a partir do calendário pedagógico, além do 13 de maio já citado, o 20 de novembro pontualmente são os dias escolhidos para tratar das temáticas que envolvem o negro e ainda assim a abordagem se faz rasa e estigmatizada.

Procuro trazer a contribuição dos povos africanos na cultura brasileira quando abordo a importância da filosofia africana *Ubuntu*, que na tradução significa “eu sou porque nós somos”. A palavra faz parte das línguas zulu e xhosa, faladas na África do Sul. A concepção Ubuntu traz a noção de coletividade e importância moral de um modo de vida que se opõe a concepção de individualismo comumente vista na nossa sociedade capitalista. Eles tiveram o contato com o expressivo pensamento africano e o quanto pode ser potente aplicar no dia a dia, até para melhorar a convivência e o espírito de coletividade. Caso eu não me identificasse como negra, minhas alunas negras não se influenciariam com minha postura em sala de aula. Ao falar da estética, por exemplo, M.J., M. A. e A., se sentiriam inseguras com seus cabelos, que diversas vezes se inspiraram nos meus penteados e nas minhas falas para propagar autoestima e reconhecimento da beleza negra. Nas reuniões pedagógicas muitas mães retratavam o quanto minha influência de forma positiva repercutia nelas em relação a estética dos cabelos, que por muitos anos meu tipo de cabelo foi alvo de termos pejorativos configurando como ação clara de racismo e infelizmente isso ainda acontece com nossas crianças negras.

A escola é composta por muitos alunos e alunas negros, evidentemente que os conflitos por base racial se manifestariam no interno, mas minha atuação na sala de aula jamais negou a presença do racismo, pois tenho noção do impacto que isso pode gerar para a vida de uma criança negra. Além disso, como o racismo pode

impactar na vida dos meus colegas de trabalho. Me alegro ao ver uma mulher negra na vice direção da instituição, ocupando cargo de liderança nesta configuração se torna um marco, pois ao se questionar sobre a presença de professoras, professores, alunos, alunas e funcionários negros, o lugar de poder representado por uma mulher negra é significativamente inspirador para muitas de nós.

A este movimento, alguns projetos em outros segmentos da educação são trabalhados para melhorar as inspirações e informações acerca das relações étnico-raciais. Contudo, ainda há necessidade de um calendário pedagógico e um currículo mais abrangente no quesito pluralidade étnica educacional.

3.1 PROJETOS QUE JÁ EXISTEM NA ESCOLA CONTRA O RACISMO

O site da Instituição, possui como proposta pedagógica o reconhecimento do educando como um ser singular, portanto, é necessário respeitá-lo nas suas diferenças de maneira a estimular suas potencialidades e conhecer as múltiplas inteligências. Tem fundamento na LDB de n. 9394/96, que valoriza o desenvolvimento integral da criança, considerando seus aspectos psicológico, intelectual e social, contempla a ação da família e da comunidade. Ao adotar este parâmetro, o Colégio assume a responsabilidade também de reconhecer a importância das relações étnico raciais, pois a diversidade cultural se faz presente na instituição uma vez que a pluralidade étnica faz parte do cenário escolar. Ainda no site do colégio, a instituição reitera a importância da autonomia emocional do educando e a sociabilidade como foco de aprendizado.

Em seguida, os projetos escolares são listados por níveis da educação básica, e na Educação Infantil e Ensino fundamental I constata-se a necessidade de um projeto definido voltado à temática racial, salientando que a abordagem sobre a negritude é pontual no currículo quando abordado apenas durante a semana antecedente ao dia 20 do mês de novembro. Ocorrem atividades transversais, em que as professoras organizam literaturas, vídeos, seminários e produções artísticas para compor os murais.

Para além dos projetos, compreender a amplitude da construção de práticas pedagógicas orientadas e alicerçadas nas filosofias e nas possibilidades de

desconstrução da colonialidade, ou seja, práticas e concepções do colonialismo ainda vigentes mesmo após o seu fim são evidentes na proposta curricular e necessitam ser repensadas. O antirracismo precisa ser entendido como uma ação conjunta independentemente da cor da pele, classe social, idade ou gênero e implantar essa cultura na escola faz parte dos ideais sociais da responsabilidade assumida pela instituição. A educação não é despreziosa, portanto, há uma intenção em toda prática, e isso nos coloca na posição de compreender os resultados e analisar quais planejamentos devemos adotar em busca de novos resultados. Bárbara Carine Pinheiro sustenta:

No caso específico da educação formal, há intencionalidade pedagógica (não se ensina despreziosamente- o ato educativo é planejado) e há sistematicidade dos conteúdos a serem socializados, ou seja, existe um currículo, que também é intencional e reflete um projeto histórico assumido por pessoas mentoras. Um educador ou educadora forma a juventude para o modelo de sociabilidade que ele/a almeja, por isso é preciso haver um sonho por trás de todo ato pedagógico (PINHEIRO,2023, p.22).

A partir daí, o ato pedagógico crítico permitirá as possibilidades de melhorar as relações baseadas no enfrentamento do racismo. Na escola os projetos no Fundamental II e Ensino Médio, voltados às temáticas que abordam vários problemas sociais, podendo ser citadas questões de gênero, maioridade penal, educação sexual nas escolas e racismo numa visão interdisciplinar no Ensino Médio, colaboram para ampliar as discussões étnico-raciais. Colocar os alunos para pesquisar, organizar e sustentar argumentos contra e a favor, os torna pesquisadores ativos acerca do debate saudável e as potencialidades positivas e negativas dos assuntos que fazem parte da estrutura social que eles estão inseridos.

O projeto de **Júri Simulado**, por exemplo, para o Ensino Médio e o **Projeto Afro**, para o Fundamental II e Médio, tem como foco abordar temáticas atuais inseridas no bojo social que alcançam o ambiente escolar, pois “a escola é o espaço de formação humana por excelência; ela é um complexo social fundamental na nossa construção, tanto no âmbito social, pensando na coletividade, quanto no aspecto individual” (Pinheiro, 2023, p. 147).

Diante essa ação, a escola se movimenta contra o racismo e a invisibilidade causada pela branquitude. De forma responsável, com professores e professoras, coordenadoras, gestoras, alunas e alunos envolvidos, o projeto

potencializa as práticas afirmativas do papel pedagógico que a escola possui. No entanto, a Educação Infantil e o Ensino dos Anos iniciais necessitam enriquecer a base de projetos voltados às questões raciais para incentivar ainda mais o desempenho de forma segmentada até as séries finais de cada ciclo, e poder assegurar melhor os conhecimentos baseados numa educação afirmativa de identidade racial e reconhecimento do processo histórico dos negros dessas crianças no espaço escolar. Segundo Pinheiro (2023, p. 24), a escola se torna, desse modo, um relevante via de continuidade histórica.

Contamos também com a atuação das professoras e professores em sala de aula para abordar os conhecimentos históricos a fim de buscar uma construção social baseada na diversidade cultural e reconhecê-las como apoio para melhorar as interações. De acordo com as Competências Gerais da Educação Básica na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para as séries iniciais do ensino fundamental I, o 5º ano em específico na disciplina de História, baseado nos termos da LDB, os códigos a seguir esclarecem que os alunos precisam estar habilitados nas condições de:

(EF05HI01) Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço;

(EF05HI08) Identificar formas de marcação de passagem do tempo em distintas sociedades, incluindo os povos indígenas originários e os povos africanos.

Sendo assim, ao possibilitar o ensino afro-brasileiro aos alunos dos processos históricos e a importância dos povos nas lutas e conquistas pela preservação cultural, o sentido de pertencimento a continuidade da valorização das tradições e o respeito à ancestralidade põe em prática a conscientização pedagógica acerca do conhecimento e resgate identitário das crianças negras. Elas poderão avaliar e entender quem são seus antepassados, o que produziram, o que representam atualmente e quais valores sociais poderão ser reproduzidos após o contato historicizado.

Valorizar a cultura coloca docente e discentes numa busca por ampliar os conhecimentos e sair da limitação de concepções estigmatizadas sobre África. Um continente rico e que fora bastante explorado, é considerado um local de muitos

saberes que envolvem ciência, química, matemática, expressões artísticas dentre outras. Não se pode negar a existência de África antes do tráfico de negros e negras do continente e desvendar o conhecimento só a partir do processo de escravidão. Isso faz parte de uma prática colonialista, que invisibiliza a ancestralidade da população negra na sua totalidade.

A relevância dos projetos nos segmentos dos anos finais e Ensino médio tem como foco a informação, a pesquisa e a desconstrução de estigmas sociais. Quanto mais sólida forem as consultas e norteadas por profissionais antirracistas, o processo educativo se fortalece de maneira a potencializar os educandos tanto na formação acadêmica quanto ética. Neste sentido, as literaturas negras são muito importantes para melhorar o nível crítico e ampliar o protagonismo afro intelecto. Na Educação dos anos iniciais o projeto de literatura tem forte protagonismo pois movimenta a equipe pedagógica para influenciar a prática da leitura. E o movimento de inserir novas produções literárias de escritoras e escritores negros pode ser um suporte para uma educação antirracista.

A seguir, a discussão sobre a literatura como suporte da educação antirracista será ampliada para que se possa visualizar a magnitude de uma boa literatura.

3.1.1 A literatura para uma educação antirracista

“[...] criar oportunidades para reflexões antirracistas no cotidiano da educação infantil é fundamental e a literatura infantil tem sido um dos suportes que fortalecem essa prática por conseguir afetar aqueles que têm acesso ao livro (COSTA, PEREIRA, DIAS, 2022, p. 127).

Proporcionar através da literatura o contato com as narrativas africanas e afro-brasileiras fazem parte da execução do que promulga a Lei n. 10639/03 nas escolas, e diante isto, no percurso de formação as crianças conseguem acessar mecanismos sobre a diversidade étnico racial e ampliam os saberes acerca das culturas. Falar do antirracismo significa embutir o discurso à prática, pois ainda que se esteja ciente do racismo, falas, pensamentos e ações podem assumir o preconceito e a discriminação. As pesquisadoras Costa, Pereira e Dias (2022) destacam a importância das leis e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) para a efetivação do cumprimento sobre as práticas que prezem pela organização, tempos e materiais que atendam a diversidade étnico-racial.

O projeto de literatura que ocorre na escola durante o mês de outubro, consiste no incentivo e acesso à literatura bem como a importância dessa prática para os alunos na infância. Considero válido também que a leitura proposta no projeto pedagógico tenha como objetivo ampliar a visão de mundo para que estimule desde pequenos a interpretação textual e a consciência crítica a partir de situações cotidianas. Diante a autonomia da escolha das literaturas é necessário primar por uma opção que colabore com o processo de construção social baseado na diversidade humana e cultural, e não focar em livros contrapostos a essa ideia.

A escolha da literatura é livre, e as professoras podem trazer propostas para apresentar em sala e conversarem sobre as opções. Após selecionar a literatura, as (os) alunas(os) a representarão numa peça teatral, colocando em ação a interpretação e incentivo a dramaturgia. É importante que professores e professoras estejam atentos para evitar propagação estigmatizadas de literaturas racistas, pois mesmo com a ampliação do debate racial são significativas que as produções literárias estejam livres de palavras racistas, por exemplo.

Devido a essa observação, os saberes étnico-raciais precisam permear a esfera formativa dos profissionais envolvidos, pois:

“[...] é importante que esses saberes sejam contemplados na formação dos professores, tanto acadêmica quanto continuada, uma vez que contribuirão para que as práticas pedagógicas sejam realmente antirracistas (COSTA, PEREIRA, DIAS, 2022, p.130).

A escrita é a forma de se expressar ao mundo e de se sentir emissor gerador de transformações. As narrativas proporcionam a continuação da contação de uma história e de narrativas que podem influenciar de várias formas as vidas das pessoas que as leem. Quando essas narrativas contam sobre a diáspora africana, afro-brasileira e indígena de maneira responsável, as crianças nessa interação se aproximam das vivências baseadas na valorização da diversidade cultural. Levando em consideração que as relações sociais se baseiam na falsa ideia de democracia racial, algumas literaturas de maneira equivocada ao tratar das questões raciais, trazem uma linguagem racista. A exemplo disso, percebi a reincidência do uso da literatura “Menina bonita do laço de fita”, obra da escritora Ana Maria Machado com primeira edição em 1986 que para a época teve contribuição significativa ao ter uma personagem negra sem que seja em conotação estereotipada.

A escrita narra a história de uma menina negra que desperta a atenção de um coelho branco que lhe pergunta várias vezes sobre a sua cor e em resposta a menina inventa várias suposições. Insistentemente o coelho pergunta sobre sua cor e de acordo as respostas inventadas da garotinha ele não tem sucesso, até que ela pergunta a sua mãe referida como “mulata”, termo racista, e chega à conclusão de que ela é dessa cor por causa de seus antepassados. Entendemos que no período da publicação da literatura as discussões ainda não tenham sido ampliadas de maneira a questionar o enredo limitado e diga-se de passagem não faz alusão ao reforço da identidade negra. Atualmente podemos contar com várias produções literárias com foco no protagonismo negro onde já se configuram criações atualizadas sobre a diáspora africana e afro-brasileira.

Com o intuito de trazer a narrativa africana valorizada e diferente, optei pelo uso da literatura “O pequeno príncipe preto” do autor Rodrigo França. De fato a ampliação das literaturas infantis sobre a valorização da cultura africana e afro-brasileira, tem se intensificado sob um olhar atento podemos pesquisar narrativas positivas sem que a personagem esteja carregada de características estereotipadas. A criação contemporânea se trata de uma adaptação da obra “O pequeno príncipe” do autor Antonie de Saint-Exupéry que conta sobre um garoto negro curioso por conhecer outros planetas e planar sementes de Baobá, uma árvore típica das regiões africanas. A moral da história é totalmente carregada de valores baseado na coletividade e filosofia africana Ubuntu. A ancestralidade, a consciência sobre sua cultura e o respeito as diferenças étnicas se fazem presentes na literatura.

Visivelmente a obra reforça a narrativa fora da percepção limitada da cultura africana contida em alguns materiais didáticos e a essa opção literária é nítido que ao tratar do negro a relação estética, ancestral e cultural são valorizadas, pois:

A existência de crianças e infâncias negras retratadas de forma positiva nos livros de literatura infantil contribui para que meninos e meninas negras fortaleçam seu pertencimento étnico-racial, reconhecendo toda a beleza e protagonismo de personagens que se assemelham a elas (COSTA, PEREIRA, DIAS, 2022, p.134).

Por isso é importante ter cuidado na escolha dos materiais e analisar se eles reforçam estereótipos ou valorizam a diversidade, a beleza e a potencialidade dos povos negros. De forma que as crianças tenham contato com as expressões

positivas sobre a africanidade, sua construção estará aliada ao conhecimento responsável com as etnias de pertencimento. O livro “O pequeno príncipe preto” para minha satisfação foi aceito pelos alunos e alunas estando pela primeira vez na escola para a culminância do projeto de literatura. Ao apresentarem a literatura em forma de peça teatral, pude entender o quanto é importante a prática docente aliada a princípios de valorização da diversidade. A gestão da escola demonstrou total apoio a sugestão literária proposta por mim. É, senão o movimento educador da prática antirracista sendo reconhecida. Houve alguns questionamentos sobre a real existência do livro, se era inventado, se realmente trazia conceitos edificadores da identidade negra. Resultado da baixa pesquisa atualizada sobre as temáticas raciais.

As práticas que envolvem trabalhos com literatura infantil, possibilitam às crianças negras e não negras conhecimentos positivados da diversidade étnica e cultural tanto dos livros quanto do contexto que estão inseridas. O contrário disso, contemplaria barreiras para uma educação emancipadora. A seguir, a próxima seção abordará os problemas encontrados no ambiente escolar que inviabilizam a prática antirracista e quais soluções possíveis para a garantia de uma educação emancipadora através de estratégias aliadas as leis e aos documentos oficiais.

4 PROBLEMAS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

A superficialidade sobre os temas afro-indígenas nos segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I exige uma reflexão acerca da importância das tratativas dos conteúdos africanos e indígenas ao longo da vida acadêmica dos educandos, desde os anos iniciais até os anos finais, resultando em um processo contínuo que visa a consolidação durante sua formação acadêmica. É evidente pontuar que a LDB, alterada pela Lei n. 10.639/03, prevê a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, bem como a Lei 11.645/08, que inclui a educação afro-indígena, a fim de promover conhecimentos acerca das pluralidades culturais que constituem a nossa sociedade na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

É válido salientar que o profissional da educação deva estar atento as especificidades do aluno e principalmente a afetividade das interações, pois um dos problemas, neste período, tem a ver com a forma de se relacionar e a mediação é muito importante para o desenvolvimento sociável da criança. A essas diferenças que se manifestam no cotidiano escolar, exigem uma atenção apurada para mediar as relações e dessa forma intervir em casos de discriminação.

Manifestar-se contra as formas de discriminação é uma tarefa da educadora, que não deve se omitir diante das violações de direitos das crianças. Mobilizar-se para o cumprimento desses direitos é outra ação necessária. Essas atitudes são primordiais às educadoras que buscam realizar a tarefa de ensinar com responsabilidade e compromisso com suas crianças (BRASIL, 2006, p.32).

Portanto, posicionar-se diante um ato racista de forma clara e direta, na forma de garantir as crianças negras e brancas uma segurança afetiva e consciente. A história evidencia as marcas do processo mais ignóbil do processo de escravidão que em consequência reproduz sequelas sociais até os dias atuais. O trajeto de enfrentamento do racismo em nosso cotidiano é uma tarefa em comum do Estado Brasileiro em parceria com a educação no intuito de desconstruir estereótipos e ideários negativos lançados sobre a diversidade étnica e cultural.

Alguns profissionais da educação durante o curso de formação gradual não receberam a preparação necessária para enfrentar os problemas de convivência relacionados a diversidade étnica e cultural. A essas lacunas situações discriminatórias por parte dos educadores se reforçam no ambiente escolar,

baseadas no mito da democracia racial. Acabamos por reproduzir conteúdo depreciativos e não nos questionamos sobre a intercrusa de ações sobre as formas de racismo que ocorrem nestes espaços.

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional (MUNANGA,2005, p.15).

Pontuar uma ação racista incube reflexão e análise sobre o ocorrido, podendo ser aproveitada como um momento de estudo, pesquisa e explanação pedagógica ao invés do silenciamento. Demonstrar que não há disputa cultural e sim uma pluralidade subjetiva que independe da aceitação individual, caracteriza como uma ação direta e responsável. Notoriamente a ausência de narrativas que valorizam e a diversidade negra constantemente são apagadas pela educação brasileira vistas pelos livros didáticos onde a ótica lançada sobre o negro e o indígena é contada pelo ponto de vista que segue pouco humanizada, alerta Munanga (2005).

Diante uma sociedade imagética, as figuras impressas nos livros didáticos em sua grande maioria revelam a intencionalidade em reforçar o negativo fenotípico do (a) negro (a) tornando a referência estética inferiorizada e associada à feiura. As crianças quando entram em contato com essas representações dificilmente conseguem construir uma imagem positiva sobre sua identidade e cada vez mais vivenciarão conflitos internos quanto externos ligados a estética, o documento Orientações e Ações das ERER dispõe

Faz-se necessário que tanto as educadoras quanto as crianças e seus familiares tenham acesso aos conhecimentos que explicam a existência das diferentes características físicas das pessoas, os diferentes tons de cor da pele, as diferentes texturas dos cabelos e formato do nariz, buscando valorizar tais diversidades (SECAD, 2006, p.47).

Munanga (2005, p.21) corrobora a afirmativa sobre o conteúdo dos materiais didáticos que “a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média”. Dada a essa invisibilidade, as crianças negras são conduzidas a reproduzir comportamentos de auto-rejeição, negação e afastamento dos valores culturais do grupo étnico que os caracterizam. Viabilizar o acesso às informações torna tangível a efetivação de uma educação inclusiva e potente. Por ser um dos materiais pedagógicos mais utilizados em sala de aula, o livro de forma geral acaba por omitir parte importante do processo histórico e as experiências vividas pela população negra quando se trata de conquistas e avanços, normalmente retratadas por pessoas brancas.

A ideologia do branqueamento se efetiva quando, ao internalizar uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos (Munanga, 2005 p.23). A essa falta de representação simbólica, ocorre o enfraquecimento do processo de construção identitária da criança negra. Retratar o negro nos livros apenas como escravo intensifica a ideia de história única já citada nesta pesquisa.

Efetivamente o profissional da educação atento às questões raciais tem probabilidade maior de intervir e pensar como a escola pode contribuir para a formação acadêmica e social dos educandos. A construção do saber é algo complexo, portanto, direcionar e filtrar os conteúdos acumulados durante todo esse trajeto na educação é válido no sentido de ampliar para a realidade social brasileira. Alguns educadores pensam que a discussão sobre relações raciais seja algo antagônico à educação, no entanto, torna-se dever da (o) educadora (o) perceber sua responsabilidade sobre os possíveis conflitos que estão presentes fora da escola e não escapam de serem vivenciados no interno dela. Atuar apenas sob dimensão pedagógica demonstra limitação sobre uma crença de que a escola conteudista, quando o papel social que a escola assume vai além disso.

Tanto a (o) profissional quanto a instituição devem ter noção da dimensão cultural diversa que existe no contexto social quanto escolar e, portanto, negar sua presença no convívio social é o mesmo que negligenciar uma formação educativa

pautada na ética e na valorização étnica cultural, por isso Nilma nos orienta sobre o papel da escola nivelado a formação continuada de professoras (es) quando

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar (GOMES,2005, p.146).

Ocorre em alguns casos, o negro se tornar “tema” no mês de novembro, dedicado à Consciência Negra e antes ou depois deste período nenhuma discussão seja tomada com profundidade e falar sobre racismo e escravidão sejam apenas as possibilidades de abordar e lutar contra o racismo. Faz parte da branquitude anular os problemas raciais existentes nas escolas a fim de minimizá-los e enfraquecê-los tornando-os algo fora da esfera educacional.

É preciso entender que o combate ao racismo não significa enfrentar a pessoa branca, mas a branquitude, afirma Pinheiro (2023). Muito se fala da herança escravocrata, no entanto, o silenciamento sobre os impactos positivos gerados aos brancos devido a escravidão é inequívoco. O contraste entre negros e brancos se fundiu a partir de uma visão implementada do europeu que usou da cor da pele para definir valores. Discutir branquitude nos espaços é um passo importante para romper com saberes limitantes que impedem o avanço didático. O próximo subtópico tem como objetivo elucidar os impactos da branquitude no espaço escolar e como ele pode influenciar na construção identitária da criança negra.

4.1 OS IMPACTOS DA BRANQUITUDE NO ESPAÇO ESCOLAR

Refletir as relações étnico raciais envolve pautas diretamente ligadas à branquitude, que por sua vez, domina os conteúdos sociais. Concomitante a isso, as escolas brasileiras reproduzem estigmas urbanos tendo em seu currículo uma supremacia embranquecida. De acordo com um dos princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004, p.8), tem como objetivo assumir o processo de rompimento dos entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira.

O traço racializado por pessoas brancas pouco é discutido nestes espaços, tendo como foco o racismo, estudos e reflexões voltadas a população negra, quando o mais ideal seria pontuar os privilégios provenientes da supremacia branca e os impactos diretos sobre as ações racistas. Portanto, “Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos” (Bento, 2022 p. 14). Diante o discurso europeu, o tom de pele se tornou o principal elemento de diferenciação dos sujeitos que evidenciam os pensamentos eurocêntricos durante as invasões territoriais. O ganho de força identitária tornando o homem branco como referência universal colaborou também para a perspectiva racista, dessa forma se desenha a branquitude, a partir da criação de identidade branca universalizada tendo o negro em contraposição, acrescenta Bento (2022).

A marca que compõe a nossa mescla social é baseada no embranquecimento como opção de apagamento da negritude. Ao perceber o perfil de branquitude reproduzidos na escola, as relações de poder configuram o cenário ideológico de reforço ao racismo, bem como as representações em materiais didáticos apoiando estereótipos negativos da população negra. A luta antirracista é de responsabilidade coletiva e dentro do contexto social mesmo que o sujeito branco adote a luta antirracista ele ainda usufrui dos privilégios da branquitude subjetivamente. Portanto,

[...] a branquitude é um lugar de vantagem sistêmica nas sociedades estruturadas na dominação racial, é a concessão de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos, e o/a branco/a, ainda que antirracista, não se isenta deste processo. Diferenciar, categoricamente, branquitude e branquidade é não levar em conta o termo branquitude enquanto lugar do/a branco/a, mas sim enquanto qualificação. Sem contar o nó conceitual que isso causaria, tendo em vista as produções já existentes. (LOPES,2013, p.140).

Ademais, a branquitude está elencada não só aos privilégios e a cor da pele, mas como é estabelecido a partir destes determinantes os acessos sociais que a cor da pele garante. A esse pensamento, complementa Bento (2022) quando explica que a supremacia está embutida na branquitude revelando uma dominação explícita de um grupo sobre o outro. Tudo pode ser observado em nosso cotidiano presente na política, na cultura, e em vários setores que asseguram privilégios para um grupo e em contrapartida, demanda péssimas condições para outro.

A construção das relações sociais, políticas e econômicas nas colônias teve o eurocentrismo como fator determinante para se constituir enquanto mecanismo relacional. Diretamente a colonialidade produziu estigmas não apenas na gênese colonial, mas na contemporaneidade, causando restrições à população negra, sustenta Lopes (2013). Alguns profissionais (pessoas brancas) ficam em dúvida sobre qual seu papel na luta antirracista, isso ocorre porque esse grupo não se racializa, não compreende o racismo e o antirracismo (Pinheiro 2023). No entanto, a formação continuada precisa ocorrer de maneira a incentivar um trabalho pedagógico mais inclusivo para todos os alunos onde as relações étnicas conduzam o respeito à diversidade e estimule suprimir o racismo. Caso este evento não existisse dentro das escolas, não seria necessário elaborar a obrigatoriedade do Ensino de Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos educacionais, que devido a luta dos movimentos negros elegeu a relevância da inclusão dos temas afro diaspóricos no contexto escolar.

Um currículo com foco nas produções de conhecimento tendo referenciais homens brancos, o epistemicídio torna-se latente, quando saberes e descobertas africanas são anuladas do roteiro pedagógico. A ausência de autores e autoras negros e indígenas nos planos de aulas e projetos literários, por exemplo, propositalmente evidencia a negligência no desenvolvimento da educação plural, diversa e multiétnica em cenário escolar. Em correspondência a este fato, crianças negras no processo de construção identitária procuram se referenciar no branqueamento estético e negativa suas próprias características, assim

Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural, e pela produção do fracasso e evasão escolar (RIBEIRO, 2019, p.62).

Evidentemente a necessidade do diálogo entre educação, instituição e profissionais a fim de que estejam preparados para lidar com os conflitos sociais e as diversidades seja válido. Dentro da esfera do racismo, por não se configurar sob um comportamento individual, Almeida (2021) expõe as intenções desta concepção

vigente nas instituições quando outorga mesmo de forma indireta privilégios com base na raça. “No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça que servem para manter a hegemonia de um grupo racial no poder” (Almeida, 2021, p.40). Denomina ligação direta no sustento da branquitude, quando o ato discriminatório é o único fator negativo, mas de forma simbólica se mantém no quadro de funcionários, lideranças, corpo docente. Toda referência se sustenta na branquitude reforçando estigmas e reproduzindo o racismo frente às relações dentro da instituição. Cida acrescenta uma observação sobre essa perspectiva, quando

Nas escolas, por exemplo, sempre professoras e gestoras brancas, brinquedos e livros didáticos, planos de aula, projetos políticos-pedagógicos que dialogam exclusivamente com a branquitude. É na organização da instituição, ao longo da história, que se constrói a estrutura racista. É na escolha exclusiva de perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude. Elementos da cultura negra e indígena, quando presentes no currículo, não são reconhecidos como tais ou estão estigmatizados (BENTO ,2022, p.78).

A respeito da construção e fortalecimento de identificação da criança negra, uma vez que seu referencial no espaço de convivência evidencia o que não a representa restringe a ampliação de se perceber no social, de compreender de forma plena seu referencial identitário. Isso não significa dizer que a relação com a diversidade implique na sua socialização, mas ter a figura branca como única referência é senão uma clara e simbólica contribuição racista.

Estudar a branquitude nessa área de conhecimento pelo sentido educacional envolvido na dinâmica social se percebe os impactos impressos pela branquitude ligada ao racismo institucional. Bento (2022) acrescenta que muitos estudiosos começaram a produzir estudos sobre a branquitude e David Roediger afirmavam que “a branquitude é sinônimo de opressão e dominação e que não é identidade racial”. (Bento,2022, p.59). As relações sociais a partir deste ponto de análise nos alerta para o letramento racial crítico no sentido de observar a urgência de questionar a branquitude que aliada ao racismo, opera como mecanismo de força.

Quando se discute o conceito de raça não se pensa em brancos, mas em grupos já historicamente suprimidos a uma posição desfavorecida de privilégios. Na

escola, o racismo baseado na branquitude atinge as crianças no referencial de modelo universalizado pelos não negros, o que implica na formação de identidade e nos conflitos de autoidentificação dos sujeitos, pois “[...] a branquitude também é um traço identitário” (Ribeiro, 2019, p.33).

Às professoras e às pessoas que socialmente são lidas como brancas necessitam alertar-se de suas práticas pedagógicas a partir da vivência no espaço escolar com crianças negras e não negras, sendo assim “[...] o antirracismo pode ser compreendido como uma proposta de responsabilização crítica, um convite a uma constante autocrítica” (Vieira,2022, p.56). Este grupo que ocupa um lugar social de privilégio não está fora das tomadas de ações em relação ao combate racista, por saber que a branquitude corrobora para alimentar e perpetuar preconceito e discriminação, vê-se a necessidade de atuantes da educação tomarem consciência do dever social que possuem. O letramento racial precisa estar no domínio dos educadores e estes estarem disponíveis para “[...] sobretudo desaprender modos de pensar, agir, falar, sentir, desejar, se perceber a si mesma de maneira racializada” (Vieira, 2022, p.57). Esta causa não deve ser apoiada apenas nas lutas dos movimentos negro, pois pessoas não negras que de alguma forma se beneficiam do racismo estrutural precisam tomar consciência do lugar de isenção diante dos problemas raciais, portanto

Pessoas brancas devem se responsabilizar criticamente pelo sistema de opressão que as privilegia historicamente, produzindo desigualdade, e pessoas negras podem se conscientizar dos processos históricos para não reproduzi-los (RIBEIRO,2019, p.108).

A essa responsabilização, cabe abandonar práticas que por sua vez alimentam a cadeia racista no Brasil. Em razão disso, o racismo acionado por pessoas negras acaba por reproduzir o auto ódio, que decorre da reprodução histórica construída socialmente como forma de desarticulação e propagação da desunião de pessoas negras. Observando este ponto de vista, a necessidade do letramento racial para pessoas negras é tão importante quanto para pessoas brancas, no entanto “[...] desenvolver letramento racial é uma ferramenta importante na luta antirracista e que demanda constante revisão, deslocamentos e desconfortos” (Vieira, 2022, p. 61).

Os efeitos de apagamento devido a branquitude inserida no contexto escolar implica em variadas negativas sobre o conhecimento acerca das culturas e produções de conhecimento afro-brasileiros e africanos, e para nortear as práticas pedagógicas A Base Nacional Comum Curricular e os Parâmetros Curriculares Nacionais contíguo as Leis de reparação e equidade raciais que objetivam a garantia da qualidade educacional, a coerência e o respeito a diversidade cultural, étnica, religiosa e política, essas quando partem da negritude são veementemente ocultadas dos planos nas práticas educacionais.

4.1.1 Bncc e Pcn's: a relação da educação multicultural e os documentos oficiais

Após vários debates com a sociedade e educadores do Brasil, a Base Nacional Comum Curricular foi elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento e é classificada como um documento completo atento as demandas vivenciadas pelos estudantes deste tempo atual. A BNCC tem influência direta na formação continuada de professoras e professores bem como a produção de materiais didáticos, avaliações e exames nacionais. De caráter normativo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como referência nacional formula currículos, propostas pedagógicas e alinha políticas e ações adequadas para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL,2018, p. 10).

A implementação da BNCC, tem como intuito normatizar o ensino e define a construção das “aprendizagens essenciais” que os alunos necessitam desenvolver dentro das etapas de modalidades da Educação Básica, preservando-lhes direitos no processo de aprendizagem e desenvolvimento de acordo ao Plano Nacional da Educação (PNE), Brasil (2018). Destacam-se as primeiras competências gerais compatíveis as relações étnico raciais e valorização da diversidade cultural:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2018, p. 11).

Diante o reconhecimento do destaque a diversidade cultural, obrigatoriamente as instituições de ensino de rede privada e pública devem promover práxis pedagógicas alinhadas às competências regulamentadoras. No item 1 das competências gerais, é preciso que as escolas reconheçam a importância de valorização dos conhecimentos históricos a fim de contemplar saberes culturais para fortalecer a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. No item 3, o estímulo de conexão às manifestações culturais tanto mundiais quanto locais, necessitam ser desfrutadas, pois abster-se de representações que pertencem ao universo dos estudantes os afastariam do dinamismo das diferentes culturas e povos existentes em nossa sociedade. O Item 6, atenta ao senso crítico sobre as vivências e saberes diversos para a compreensão das relações monitoradas por profissionais que entendam a existência dessa pluralidade cultural.

Mais uma vez o documento evidencia a pronúncia do ensino do componente curricular de História a fim de promover a diversidade e as múltiplas configurações identitárias dando destaque aos povos africanos e indígenas originários. Mas é preciso ter muito cuidado na abordagem para não estereotipar e naturalizar estigmas já marcados na sociedade, podendo ser destacada as relações de poder devido aos acontecimentos históricos. A BNCC dispõe uma organização de habilidades estimuladas pelos professores as competências específicas na área das Ciências Humanas para o ensino fundamental:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção de estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

2. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios ético, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018, p. 402)

Com base nesta determinação, o letramento racial crítico presente nos currículos sustenta a ideia libertadora no sentido de estimular a compreensão do

contexto social das crianças e da escola na busca de alicerces éticos, democráticos e antirracistas.

Outro documento importante para direcionamento das EREs é o Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, criado em 2004, lançada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação Fernando Haddad. A credencial está de acordo as Leis n. 10.639/03 que estabelece o ensino da História da África e da Cultura afro-brasileira é reconhecida na agenda brasileira de redução das desigualdades, ademais, ademais junto a Lei n. 11.645/08 exibe a mesma orientação em relação às temáticas indígenas. Elas, além de serem instrumentos de regra para o combate à discriminação, são conjuntamente Leis afirmativas que identificam a escola como lugar de formação cidadã a promover a valorização das matrizes culturais que formam o Brasil múltiplo e rico culturalmente.

A educação básica ainda é profundamente marcada pela desigualdade no quesito qualidade e o alcance que o direito estabelece não contempla todas as crianças, adolescentes e jovens tendo a desigualdade racial como definidora para esse obstáculo. É reconhecido também pela diretriz que o pertencimento étnico racial e o sucesso escolar estão atrelados e a determinação para a diversidade cultural brasileira necessita estar integrada a ambiência escolar (Brasil, 2004, p. 13).

Sabe-se que mesmo com a existência da Lei n 10693 há insuficiência na implementação prática sobre as EREs e significativamente o documento pedagógico se alia ao Movimento Negro no Brasil que há tempos já alerta a sociedade sobre as questões raciais nas escolas possuindo a ação de orientar e balizar os sistemas de ensino salientado que os cidadãos devem muito ao movimento negro pelo empenho em viabilizar as lutas antirracistas no espaço educacional para o alcance das pessoas negras.

Importante destacar a luta dos movimentos sociais ao criar um conjunto de estratégias por meio das quais os segmentos populacionais considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que estas sejam tratadas de forma justa e igualitária, exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre variedade do gênero humano. Nesse sentido, é na escola onde as diferentes presenças se encontram e é nas discussões sobre o currículo onde estão os debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos alunos e alunas (BRASIL,2004, p.).

A implementação da lei se consubstancia na forma de diretrizes para garantir a qualidade de acesso as informações e a formação de professoras e professores da Educação Básica, pois estabelecer parâmetros, diretrizes e leis sem que a equipe esteja preparada dificilmente será alcançada a eficácia do ensino das EREs. Dessa forma o movimento negro tem pauta para todos os espaços educacionais a fim de garantir o sucesso e o direito dos educandos na formação acadêmica e construção identitária principalmente para crianças negras. Pois a concepção de cultura uniforme enraizada nos materiais didáticos faz parte de uma representação brasileira de identidade que se constituiu a partir de confiança convergentes, eruditas e eurocêntricas (Abreu, Mattos, 2008, p.7).

Partindo do princípio de que dada a cultura ocorre a construção identitária, duas percepções são contrapostas ao trabalhar mestiçagem e multiculturalidade. É válido considerar que a cultura é um processo, a identidade formada coletivamente é produzida dentro da ordem histórica. Ou seja, o contato direto com os temas afrodispóricos são combustíveis para o fortalecimento identitário, e do ponto de vista educativo, as crianças negras precisam dialogar com os espaços que as acolhem para que seja possível uma construção sadia e respeitosa contra a discriminação racial.

Os Parâmetros Nacionais Curriculares para a Educação é um documento de referencial para o Ensino Fundamental em todo território do Estado brasileiro e tem como função orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional engajado sob discussões, pesquisas e recomendações que atendam as necessidades educacionais. O documento oficial PCN não impõem, mas propõem uma organização para estabelecer qualidade na educação. A garantia do respeito as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas estão presentes na formulação documental e visam atender a necessidade de referenciar o sistema educacional do país entendendo a complexidade e a multiplicidade existente no nosso contexto social.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular, define a construção das “aprendizagens essenciais” que os alunos necessitam desenvolver dentro das etapas de modalidades da Educação Básica, preservando-lhes direitos no processo de aprendizagem e desenvolvimento de acordo ao Plano Nacional da Educação (PNE). Igualmente as Orientações para a Educação das Relações Étnico- Raciais

implementada em 2006, possui textos dirigidos aos agentes que vivenciam cotidianamente o meio escolar para cada nível e modalidade de ensino. Apoiado por intermédio da SECAD e do Ministério da Educação, o instrumento é fundamental para a construção de uma sociedade antirracista para consolidar o combate ao racismo e discriminação racial. As escolas trabalham com o público social e portanto, normalmente se relacionarão com as características que constituem cada sujeito, para isso, identificar a pluralidade é o primeiro passo. O segundo é criar o vínculo de respeito e acolhimento, promovendo um processo educativo atento a alunas(os) e professoras /es.

O silenciamento das escolas sobre as formas relacionais interétnicas tem assentido uma pretensa superioridade branca, que valoriza tudo proveniente do ponto de vista eurocêntrico e considera cultura tudo que advém desse grupo, em contrapartida desconsidera, negativa, exclui e torna anticultural a referência africana e afro-brasileira. Além do silenciamento, a temática racial aparece de forma superficial sem abordagem substancial para alcance das (os) alunas (os) inseridos no espaço, pois:

Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele/a aluno/a identificado/a como negro/a. Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos (as) negros (as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão sob jugo de práticas racistas e discriminatórias (BRASIL,2006, p.22).

Visto isso, pretende-se através desta pesquisa evidenciar práticas favoráveis para a construção da identidade racial crítica das crianças negras, contudo, para essa efetivação ser válida, professoras, professores, gestoras, gestores, alunas e alunos precisam estar envolvidos na luta contra estigmas que desaceleram o progresso educacional.

A determinação de leis e documentos norteadores se apoiam sem agregar uma grande parte das instituições que precisam levar mais a sério a compreensão acerca dos problemas sociais que envolvem as práticas racistas. As escolas que reconhecem a importância de implementar as leis e as diretrizes curriculares rompem com o pensamento que se estruturou socialmente no processo histórico onde a identidade branca está atrelada a liberdade e ao poder e a identidade negra está para a escravidão e a estigmas negativos. Pensar em um currículo estruturado

e eficiente para desfocar o ensino referenciado apenas na branquitude assiste às demandas interétnicas vivenciadas no âmbito escolar podendo ser continuadas no âmbito social.

4.1.1.1 Uma proposta decolonial para os currículos educacionais

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira tem como base estruturante os Eixos Estratégicos propostos no documento “Contribuições para a Implementação da Lei 10639/03”, a saber: 1) Fortalecimento do marco legal; 2) Política de formação para gestores e profissionais de educação; 3) Política de material didático e paradidático; 4) Gestão democrática e mecanismos de participação social; 5) Avaliação e Monitoramento e 6) Condições Institucionais (BRASIL, 2004, p.28).

De acordo com as determinações presentes no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Eres, as escolas devem parametrizar seus currículos a fim de efetivar a regularidade junto à Lei n. 10639/03 e promover mudanças referentes as ERER.

Para tanto, a elaboração de currículos e materiais de ensino voltados às temáticas multiculturais e a diversidade que compõe a nossa sociedade são objetos norteadores para a emancipação.

Recomenda-se estruturar bem o currículo e trazer o máximo de contribuições afro-brasileiras, na arte, na literatura, no cinema, na arquitetura, na engenharia, na música e até mesmo no corpo docente, desde a ocupação de lideranças a professoras, professores e funcionários. As temáticas que envolvem diversidade cultural aparecem no currículo de forma superficial ou geralmente são tratadas de forma isolada, e por conseguinte concebe uma visão estereotipada do negro. Isso provém de uma imposição cultural euro centrada, como aborda a autora sobre as ideias e valores alimentadas no meio escolar

Pode-se afirmar, então, que a imposição cultural de origem eurocêntrica passa pela abordagem curricular da escola básica e faz com que grupos e povos, dentre estes os/as negros/as, fiquem invisibilizados e inferiorizados, porque submetidos a padrões hegemônicos, geralmente considerados como únicos a serem valorizados. (LIMA, 2015, p. 24)

Todo o contexto deve ser tratado como componente importante, pois dessa forma reforçamos a importância dos cidadãos e a melhora no tratamento das crianças negras no espaço escolar. Se deve pensar as relações para apurar de forma objetiva os casos de racismo, uma vez que, o processo educacional pode excluir ou incluir. A escola não é o único causador de exclusões, mesmo replicando-as, entretanto o Estado brasileiro é considerado o responsável direto pelas desigualdades relativas ao direito à educação neste país como aponta Lima (2015).

Refletir a educação enquanto ferramenta crítica, é preparar o sujeito para a convivência no espaço que já está inserido e reconhecer sua prática diante atos conscientes e inconscientes. Sendo assim, para Freire (1997, p. 133), se faltar uma compreensão crítica da totalidade em que estamos inseridos, será inviável reconhecermos a interação que nos constitui na totalidade e dessa forma não poderemos reconhecê-las.

Dessa forma, podemos afirmar que a escola é o veículo propício a potencializar os temas geradores para o ganho da consciência crítica e assim valorizar as multiplicidades que existem dentro e fora do ambiente educacional. Isso pode contribuir para a formação identitária das crianças negras de modo a entender a ancestralidade e a representatividade sem que seja baseado apenas em narrativas de sofrimento. É preciso conhecer o contexto de vivências afro diaspóricas no sentido de compreender a totalidade e não a parte.

Portanto a descolonização dos currículos é um desafio para as instituições que durante muito tempo imperou a educação com foco no eurocentrismo, como em algumas escolas ainda ocorrem, pois:

Numa perspectiva de descolonização dos currículos e na compreensão das rupturas epistemológicas e culturais trazidas pela questão racial na educação brasileira, concordo com o fato de que esse olhar é um alerta importante. A compreensão das formas por meio das quais a cultura negra, as questões de gênero, a juventude, as lutas dos movimentos sociais e dos grupos populares são marginalizadas, tratadas de maneira desconectada com a vida social mais ampla e até mesmo discriminadas no cotidiano da escola e nos currículos pode ser considerado um avanço e uma ruptura epistemológica no campo educacional. No entanto, devemos ir mais além (GOMES, 2012, p. 104).

Inserir no contexto educacional a ruptura que marca a descolonização dos currículos exige uma formulação a respeito das culturas negadas, no sentido de repensar as práticas para consolidar a alteração da LDB pela Lei n.10.639/03. Visto isso, a interrelação sala de aula e cultura precisam estar alinhadas a materiais e mecanismos que validem a diversidade e evidenciem a identidade das crianças. É

no currículo que se estrutura a educação. Portanto, “É uma construção sistemática de conhecimentos socializado pelas instituições escolares” (Regis, Basílio, 2018, p.34). Discurso e prática precisam estar alinhados, pois falar de antirracismo e nada fazer só colabora para existir mais do mesmo e as mudanças que se esperam na esfera da educação, em resultado na sociedade serão cada vez mais invisíveis.

Segundo a autora (Pinheiro, 2023), diversas escolas possuem como marcos pedagógicos a presença de datas comemorativas no planejamento escolar, que impactam diretamente no desenvolvimento didático dos planos anuais do ponto de vista racial. Ela aponta como proposta um calendário decolonial que coloca em evidência marcos importantes da cultura africana e afro-brasileira, tendo como uma das datas o 21 de janeiro, Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa; 25 de janeiro, Revolta dos Malês; 22 de abril, Dia da Memória dos Povos Originários, 25 de maio, Dia Mundial da África entre outras.

Esses marcos são de grande importância para aproximar as crianças dos debates raciais, pois:

A decolonialidade vai na contramão, buscando descentralizar o pioneirismo e potência do mundo que nos cerca, tendo como bases únicas o continente europeu e os Estados Unidos (Pinheiro, 2023, p.107).

Decolonialidade e antirracismo atendem a similaridade das práticas e ativam os pensamentos emancipadores contra o racismo. Há tempos temos um currículo já legalizado e o preconceito ainda se faz presente em muitas escolas e de forma latente na sociedade. Isso ocorre devido a uma estrutura que não reconhece as diversidades étnicas e culturais cheias de poder, produções intelectuais e outros saberes. O currículo que coloca o discurso de igualdade de forma contraditória invisibiliza as diferenças que precisam ser tratadas com normalidade. Não há problema algum em ser diferente e a ideia propagada do diferente gera conflitos quando frases do tipo: “por dentro somos da mesma cor” ou “somos todos iguais”, provocam impacto negativo nas crianças que logo vão se perceber diferentes e buscar se igualar, e o padrão que impulsiona a sociedade nada tem a ver em semelhanças com elas.

Logo, escolas dispostas a lutarem contra o racismo precisam repensar os currículos, esses que influenciam diretamente na construção identitária das crianças negras e neste campo, “na medida em que esse já se indaga sobre os limites e as

possibilidades de construção de um currículo intercultural...” (GOMES,2012 p.106).
ampliam-se as possibilidades de mudança e através da prática somente se formará
um novo horizonte educacional. Acrescenta Gomes (2012):

Portanto, a descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundas, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos, entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e de mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras, o currículo e a formação docente (GOMES, 2012, p. 107).

Diante esse debate, reitero a importância da formação continuada dos profissionais da educação como suporte no enfrentamento do racismo e a efetivação das Leis regulamentadoras educacionais que recomendam práticas pedagógicas antirracistas dentro da categoria curricular, como também a socialização de materiais didáticos sobre as temáticas étnicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi investigar discutir e avaliar como o letramento racial crítico pode contribuir para a construção da identidade das crianças negras nos espaços escolares a fim de combater o racismo. Os questionamentos acerca dessa temática surgiram a partir da Lei 10.639/03 que determina a obrigatoriedade do ensino de História da Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos e ainda assim há uma resistência sobre as práticas pedagógicas neste contexto. A partir das discussões, podemos entender que a lei por si só não garante o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira nas salas de aula, pois depende da atuação direta da(o) professora(o) e do conjunto educacional diante as temáticas que envolvem as ERER. Sob a hipótese de que o racismo se evidencia de forma intensa também nas escolas, é necessária uma avaliação das instituições sobre suas práticas e quais influências geram na formação das crianças negras diretamente ligada a construção e reconhecimento de suas identidades.

Busquei aliar as minhas vivências como professora da educação básica e compreender o processo de lecionar aliada a educação antirracista em busca de resultados diferentes do que foi implantado em mim durante minha educação na fase da infância. Percebi que minha prática tem influência direta na vida das (os) alunas (os), desta forma, preciso utilizar essa influência de maneira responsável a fim de evitar perpetuar estereótipos presentes na sociedade. Este filtro possibilita tanto para mim quanto para as crianças um novo horizonte sobre as diversidades étnicas que compõe nossa sociedade.

Destaquei a importância da formação continuada de professoras e professores, da implementação de materiais didáticos focados na diversidade, podendo abordar as referências de maneira a considerar as contribuições africanas e afro-brasileiras. Neste sentido, apresentei nesta pesquisa reflexões acerca do poder do pensamento crítico através dos acessos que permitam a construção ética e democrática.

Em meio aos desafios diários que o contexto educacional nos apresenta, o racismo e o preconceito precisam ser vistos como ferramentas que prejudicam o processo educativo das nossas crianças bem como a sensação de não pertencimento aos espaços que frequentam. As instituições de ensino por meio do letramento podem ampliar as referências e identidades negras positivas e sair da

zona de conforto. Feito isso, podemos progredir e alcançar a formação baseada no respeito às diversidades entendendo que não há problema nas diferenças, mas há problema em não reconhecê-las e valorizá-las.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha, MATTOS, Hebe, Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores”, **Revista Scielo** 25, 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/eh/a/59tmSkhj3wzhwrCrdqC4cvx/?lang=pt>>. Acesso em: nov. 2023.

ALMEIDA, Neide A. de, Letramento Racial: um desafio para todos nós. **Portal Geledés** Disponível em: <<http://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/3815/material-de-apoio-e-dicaspara-o-trab>> 2017, Acesso em: set. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ARAÚJO, Adelvane de Almeida; SOARES, Emanuel Luis Roque; Identidade e relações étnico-raciais na formação escolar; Práticas educativas, memórias e oralidade, **Revista Pemo** .2019. Disponível em <<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3628>>. Acesso em: out. 2023.

BENTO, Cida, **O pacto da branquitude**, 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRANDÃO, Carlos. **O que é educação**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos ,2013.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Ministério da Educação**. 2004. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>> Acesso em nov. 2023.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, **MEC** 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: nov. 2023.

BRASIL, Plano Nacional Educacional **PNE** Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: **promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico do estado da Bahia: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: **Inep**, 2022. Disponível em < https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/2021/resumo_tecnico_do_estado_da_bahia_censo_escolar_da_educacao_basica_2021.pdf > Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da 16 União**, Brasília, 10 de janeiro de 2003. Disponível em< [L10639 \(planalto.gov.br\)](https://planalto.gov.br/legis/leis/l10639) > Acesso em: nov. 2023.

BRAÚNA, Carla Jeany Duarte; SOUZA, Davison da Silva; SOBRINHA, Zelia Maria Lemos Andrade, Letramento racial crítico; ações para construção de uma educação antirracista, **EnPe**; Ensino em perspectivas, 2022.

COSTA, S. da R.; PEREIRA, S. da S.; DIAS, L. R. Literatura Infantil E Reflexões Antirracistas No Cotidiano Da Primeira Infância. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 14, n. 39, p. 125–139, 2022. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1384>> . Acesso em: nov. 2023.

DIAS de Oliveira, A. y Vasconcelos, J. A. (2020). Documentação Narrativa de Experiências Pedagógicas: saberes docentes do Ensino Médio rural a partir da realidade da escola. Márgenes, **Revista de Educación de la Universidad de Málaga**, 1 (3), 230-249. Disponível em< <https://riuma.uma.es/xmlui/bitstream/handle/10630/19969/9494-Texto%20del%20art%C3%ADculo-36705-1-10-20200929.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em dez.2023.

FERREIRA, M. de F. de A.; DE SANTANA, J. V. J.; VERÁSTEGUI, R. de L. A. Decolonialidade e educação para as relações étnico-raciais: um olhar sobre o racismo e a branquitude na escola. **ODEERE**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 50-70, 2022. DOI: 10.22481/odeere.v7i2.11086. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/11086> . Acesso em: dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. 65, Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOIS, Pamela Cristina; Pedagogia da decolonialidade: um debate acerca do epistemicídio acadêmico e filosófico e uma educação antirracista como antídoto, 2021. **Revista Estudos Literários** vol. 03, nº 08. Disponível em <<https://revistas.ufjf.br/index.php/estudoslibertarios/article/download/41555/23968> > Acesso em: nov. 2023.

GOMES, N. L. O Movimento Negro Brasileiro Indaga E Desafia As Políticas Educacionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 141–162, 2019. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/687>>. Acesso em: dez. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005, p 52-56. Acesso em: nov. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. **Superando o racismo na escola**, v. 2, p. 143-154, 2005. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5669850/course/section/6059970/nilma%20gomes%20-%20texto%20b%C3%A1sico.pdf>> Acesso em nov. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/5298127/mod_resource/content/1/%C3%89tnico-racial%202.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

KATIA, Regis, BASÍLIO, Guilherme. Currículo e Educação Étnico-Raciais: O Estado da Arte, 2018. **Educar em Revista**. v 34, n 69, p.33-60. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YqBFwMHrp5YkkZYZ6V4NvRr/?format=pdf> . Acesso em: dez. 2023.

KREUTZ, Lúcio. **Identidade étnica e processo escolar**. Cadernos de Pesquisa, nº 107, p.79- 96, julho / 1999.

LIMA, Maria Nazaré Mota de, **Relações Étnico Raciais na escola- o papel das linguagens**, 2015. Editora da Universidade do Estado da Bahia

LOPES, Eliana Barretto De Menezes. Branquitude e sistema escolar: reprodução e privilégios. **Anais do VIII Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica...** Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/92541>> Acesso em: nov. 2023.

LOPES, Joyce Souza. Pontuações e proposições ao branco/a e à luta antirracista: ensaio político-reflexivo a partir dos estudos críticos da branquitude. In: **Anais do V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5.**, Londrina, PR, 2013. Disponível em < https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v11_joyce_GV.pdf > Acesso em: nov. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2008. Disponível em <

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf > Acesso em: nov. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.** Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: < https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRaca_RacismoidentidadeEEtnia.pdf > Acesso em: nov. 2023.

OLIVEIRA, Iolanda; **O negro no sistema educacional Brasileiro**, 2013. Disponível em < https://www.mprj.mp/documento/20184/167086/apresentacao_iolanda_oliveira.pdf > Acesso em: nov. 2023.

Orientações E Ações Para A Educação Das Relações Étnico- raciais – Ministério da Educação/ Secretária Continuada, Alfabetização de Diversidade. Brasília: **SECAD**, 2006. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf > Acesso em: nov. 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília: **SECAD; SEPPPIR**, junho, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192 > Acesso em: nov. 2023

POLIEDRO, Sistema de ensino. Metodologia de ensino, **Interacionismo: entenda tudo sobre o tema**, 2022. Página inicial. Disponível em < <https://www.sistemapoliedro.com.br/blog/saiba-o-que-e-interacionismo-e-quis-sao-as-vantagens-desta-metodologia/>. Acesso em: out. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS, Jane Adriane Pacheco Vasconcelos, Coleção Documentação Narrativa de experiências pedagógicas: saberes docentes do Ensino Médio rural a partir da realidade da escola. **Margenes Revista de Educación de la Universidad de Málaga**, 2020, p. 230-249. Disponível em < <https://riuma.uma.es/xmlui/bitstream/handle/10630/19969/9494-Texto%20del%20art%C3%ADculo-36705-1-10-20200929.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em: dez. 2023.

RIOS, Jane Adriane Pacheco Vasconcelos [Org], Documentação Narrativa de Experiências Pedagógicas: por outros movimentos insubmissos da formação docente na Educação Básica. **Coleção Documentação Narrativa de Experiências**

Pedagógicas. Vol. 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 132 p. Disponível em < https://pedroejoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2022/08/EBOOK_Documentac%CC%A7a%CC%83o-Narrativa-volume-1.pdf> Acesso em: dez.2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Estatísticas Educacionais e Cor/Raça na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: um balanço. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 15-42, ago. 2006. Disponível em < http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-68312006000200002&lng=pt&nrm=iso >. acessos em: nov. 2023.

VALENTE, Ana Lúcia, Ação afirmativa, relações raciais e educação básica, 2005, **Revista Scielo 25**. Disponível em< <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Z3FyqKQXCwwfQZRSxjVNDRQ/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: out. 2023. p. 62-76

VALENTE, Ana Lúcia, Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa, 2002. **Revista Scielo 25**. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kGB8DCgn4ywTGZ7rQtvVCMF/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: out. 2023. p.76-86

VIEIRA, Bárbara Danielle Morais, Letramento racial: da emergência uma formulação, 2022. Disponível em < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60366>> **Revista Espaço Acadêmico**. Acesso em: out. 2023.

